

Perfil Corporativo

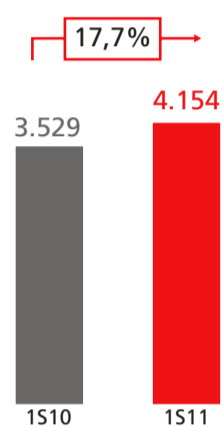
O Santander é o terceiro maior banco privado do Brasil em ativos totais, com participação de 10,4% no crédito total do sistema bancário brasileiro, conforme dados do Banco Central de maio de 2011. Possui operações em todo o território, estrategicamente concentradas no Sul e no Sudeste, regiões que respondem por aproximadamente 73% do Produto Interno Bruto (PIB).

É controlado pelo Grupo Santander, maior conglomerado financeiro internacional com escala significativa no País, e atualmente representa 25% do resultado global da Instituição. Para o Grupo Santander, o Brasil é um dos mercados mais atraentes do mundo dado seu alto potencial de crescimento e baixa penetração de produtos e serviços bancários.

Destaques do Período (IFRS)

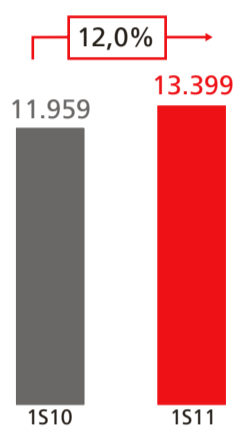
Lucro Líquido

R\$ milhões



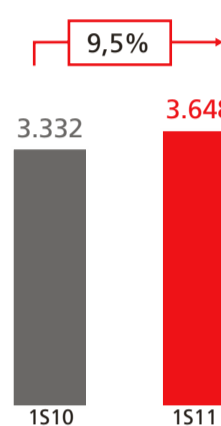
Margem Líquida com Juros

R\$ milhões

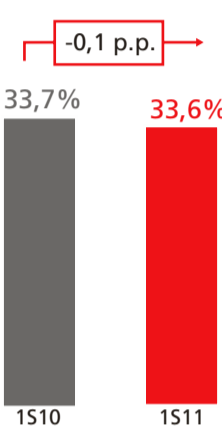


Comissões Líquidas

R\$ milhões



Índice de Eficiência



Performance - IFRS

Informações Financeiras Adicionais Não Auditadas
30 de Junho de 2011 e de 2010

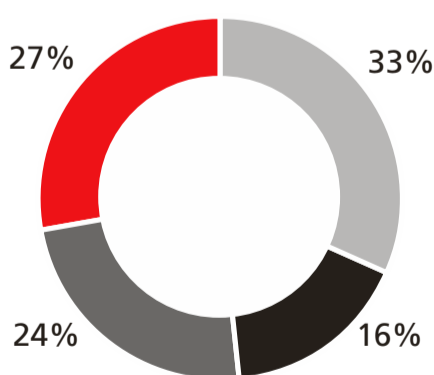
	1S11	1S10	Var. 1S11x1S10
RESULTADOS (R\$ milhões)			
Margem de juros líquida	13.399	11.959	12,0%
Comissões Líquidas	3.648	3.332	9,5%
Despesas de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-4.360	-4.915	-11,3%
Despesas Administrativas e de Pessoal	-5.926	-5.429	9,2%
Lucro líquido	4.154	3.529	17,7%
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)			
Ativo total	406.870	347.246	17,2%
Títulos e valores mobiliários	105.521	93.492	12,9%
Carteira de crédito ¹	171.379	146.529	17,0%
Pessoa física	56.647	45.910	23,4%
Financiamento ao consumo	27.137	26.119	3,9%
Pequenas e médias empresas	41.034	32.127	27,7%
Grandes empresas	46.562	42.373	9,9%
Carteira de crédito ampliada ²	184.362	155.586	18,5%
Captações de clientes ³	174.828	136.256	28,3%
Patrimônio líquido final	75.280	71.619	5,1%
Patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁴	46.247	42.311	9,3%

	1S11	1S10	Var. 1S11x1S10
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)			
Retorno sobre o patrimônio líquido médio - anualizado ⁵	11,1%	10,0%	1,1 p.p.
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁴ - anualizado ⁵	18,0%	16,7%	1,3 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio - anualizado ⁵	2,1%	2,2%	-0,1 p.p.
Índice de Eficiência ⁶	33,6%	33,7%	-0,1 p.p.
Índice de Recorrência ⁷	61,6%	61,4%	0,2 p.p.
Índice de Basileia excluindo ágio ⁴	21,4%	23,4%	-2,0 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)			
Índice de Inadimplência ⁸ - IFRS	6,7%	6,6%	0,1 p.p.
Índice de Inadimplência ⁹ (acima de 90 dias) - BRGAAP	4,3%	4,7%	-0,4 p.p.
Índice de Inadimplência ¹⁰ (acima de 60 dias) - BRGAAP	5,2%	5,6%	-0,4 p.p.
Índice de Cobertura ¹¹	92,0%	101,7%	-9,7 p.p.

- Informações gerenciais
- Inclui compra de carteira e outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI, notas promissórias e notas promissórias de colocação no exterior)
- Inclui Poupança, Depósitos a vista, Depósitos a prazo, Debenture, LCA e LCI e Letras Financeiras
- Ágio apurado na aquisição do Banco Real e da Real Seguros Vida e Previdência
- A partir do 2T11, os indicadores passam a ser calculados de forma linear, para melhor comparabilidade. Em razão disso, os indicadores dos períodos anteriores foram recalculados.
- Eficiência: Despesas Gerais/total de Receitas
- Comissões líquidas / Despesas gerais
- Operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência / carteira de crédito
- Operações vencidas há mais de 90 dias / carteira de crédito em BR GAAP
- Operações vencidas há mais de 60 dias / carteira de crédito em BR GAAP
- Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa / operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência

Carteira de crédito (%) 1S11

Distribuição por Segmento



- Pessoa Física
- Financiamento ao consumo
- Pequenas e Médias empresas
- Grandes Empresas

NOSSO MODELO



Desenvolvimento Sustentável

Sustentabilidade para o Santander é parte estratégica dos negócios. É um compromisso que orienta nossa Missão e Modelo de Atuação e tem se concretizado em soluções inovadoras, que criam oportunidades para que os resultados financeiros advenham, cada vez mais, de negócios que promovem um desenvolvimento mais inclusivo e ambientalmente responsável. Isso significa uma busca constante para a evolução de produtos e serviços, práticas de gestão, políticas, processos e relacionamentos. E, por meio do Espaço de Práticas em Sustentabilidade, compartilhamos o que já aprendemos sobre esse tema com outras organizações. Para mais informações acesse: <http://www.santander.com.br/sustentabilidade>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 30 DE JUNHO DE 2011

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) relativos ao período findo em 30 de junho de 2011, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Estas demonstrações consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2011 foram divulgadas simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri. A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do consolidado está apresentada na nota explicativa 36.

• Conjuntura Econômica

A economia brasileira segue em expansão, ainda que em ritmo levemente mais moderado. No primeiro trimestre de 2011, o PIB apresentou um avanço de 4,2%, comparado com o mesmo período de 2010, abaixo dos 5,0% registrados no período anterior. O resultado, desta vez, foi determinado pelo investimento que registrou um crescimento de 1,2%, frente ao 4T10.

A inflação permanece acima do objetivo do Bacen, mas os dados mensais mostraram recuo em maio e junho. A desaceleração do IPCA no período foi determinada principalmente pelos preços dos alimentos e dos itens de transporte. Até maio, o principal índice de preços ao consumidor, registrou alta de 6,6% em 12 meses. Os preços agrícolas no atacado acumularam alta de 1,1% no primeiro semestre do ano, recuando fortemente após aumento de 5,5% no primeiro trimestre. Os produtos industriais, por sua vez, acumularam no primeiro semestre inflação de 3%, reflexo da alta no preço internacional das commodities, em especial o minério de ferro.

O desempenho da balança comercial, até maio, se mostrou bastante favorável, com saldo positivo de US\$23,2 bilhões em 12 meses. As exportações continuam sendo sustentadas tanto pelo aumento do volume como, em grande parte, pela elevação dos preços de algumas commodities, impulsionadas pelo crescimento dos emergentes. Já as importações revelam uma demanda interna que se mantém aquecida e uma moeda brasileira forte. A tendência da balança comercial se contrapõe à trajetória constante de aumento do déficit de serviços, impulsionado pela remessa de lucros e dividendos. O resultado em transações correntes, que agrega as contas de bens e serviços ficou negativo em US\$51 bilhões em 12 meses (2,3% do PIB) até maio de 2011, praticamente estável desde dezembro de 2010. Essa saída líquida de divisas foi mais que suficientemente financiada por forte volume de entradas de investimentos estrangeiros, tanto diretos (US\$64 bilhões) como em portfólio (US\$59 bilhões), o que contribuiu para manter a taxa de câmbio em R\$1,56/US\$ em junho de 2011.

O estoque de crédito do sistema financeiro atingiu R\$1,8 bilhões em maio, registrando leve aceleração do crescimento para 1,6% na comparação mensal (1,3% em abril) e aumentando 20,4% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com este resultado, o crédito em maio chegou a 46,9% do PIB, alcançando, mais uma vez, o seu maior nível histórico (no mês de abril esta relação estava em 46,6% do PIB). Os destaques continuam sendo os empréstimos direcionados, particularmente oriundos do BNDES. O crédito imobiliário, no entanto, mantém fortes taxas de expansão (em média 3,3% ao mês em 2011). Até maio, a parcela de direcionados aumentou 25,2%, enquanto o estoque de crédito com recursos livres cresceu muito próximas, 18,4% e 17,7%, respectivamente, na variação interanual.

A solidez da demanda interna e do sistema financeiro continua sendo fundamental para sustentar o crescimento brasileiro, a despeito das incertezas que cercam a recuperação econômica global. A manutenção de bons fundamentos terá papel relevante para garantir a sustentabilidade deste ciclo de crescimento da economia.

Desempenho

1. Resultados

O Banco Santander encerrou o período findo em 30 de junho de 2011 com lucro líquido consolidado de R\$1.824 milhões, comparado com R\$2.016 milhões no mesmo período de 2010, incluindo a despesa de amortização de ágio de R\$1.552 milhões e R\$1.621 milhões, nos respectivos períodos.

O resultado com operações de crédito e operações de arrendamento mercantil apresentou crescimento de 14,1% nos seis primeiros meses de 2011 na comparação com o mesmo período de 2010.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 30 de junho de 2011 é de R\$4.692 milhões e R\$3.959 milhões no mesmo período de 2010, na comparação interanual a despesa cresceu 18,5%.

As despesas administrativas excluindo os efeitos da amortização do ágio cresceram 8,7% nos seis primeiros meses de 2011 na comparação com 2010, sendo que as outras despesas administrativas aumentaram 4,5%, as despesas de pessoal cresceram 10,3%, ambas na comparação interanual. A evolução é consequência do esforço de expansão da rede de agências e das equipes comerciais do segmento de Pequenas e Médias Empresas (PMEs).

2. Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados atingiram R\$424.656 milhões em 30 de junho de 2011, comparados a R\$374.815 milhões em junho de 2010, um crescimento de 13,3% na comparação interanual. Em junho de 2011, os ativos totais estão representados, principalmente, R\$175.837 milhões de carteira de crédito, R\$104.642 milhões de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, substancialmente títulos públicos federais, e R\$22.896 milhões de aplicações interfinanceiras de liquidez, e em junho de 2010 correspondiam a R\$150.837 milhões, R\$92.762 milhões e R\$20.447 milhões, respectivamente. As provisões para créditos de liquidação duvidosa representam 6,1% da carteira de crédito em junho de 2011, comparado a 6,0% em junho de 2010. Em 30 de junho de 2011, o Banco Santander possui o montante de R\$947 milhões de títulos classificados como "mantidos até o vencimento" e tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Carteira de Crédito

Em Milhões de reais

	Santander Consolidado			Var. %	
				jun-11 vs.	jun-11 vs.
	Jun/11	Dez/10	Jun/10	dez-10	jun-10
Pessoa Jurídica	87.888	84.199	77.485	4,4%	13,4%
Pessoa Física	83.570	76.294	68.743	9,5%	21,6%
Crédito Consignado	11.069	9.600	8.518	15,3%	29,9%
Cartão de Crédito	11.707	10.760	8.869	8,8%	32,0%
Crédito Imobiliário	7.647	6.698	5.609	14,2%	36,3%
Financiamento e Leasing de Veículo	26.759	26.149	25.025	2,3%	6,9%
Crédito Pessoal/Outros	26.388	23.087	20.722	14,3%	27,3%
Crédito Rural	4.379	4.886	4.609	-10,4%	-5,0%
Total	175.837	165.379	150.837	6,3%	16,6%

No primeiro semestre de 2011 a carteira de crédito atingiu R\$175.837, apresentando um crescimento de 16,6% comparado com junho de 2010.

Na evolução do período de 2011, destaque para operações de crédito imobiliário, cartão de crédito e crédito consignado com crescimento de 36,3%, 32,0%, e 29,9%, respectivamente.

Depósitos

Em Milhões de reais

	Santander Consolidado			Var. %	
				jun-11 vs.	jun-11 vs.
	Jun/11	Dez/10	Jun/10	dez-10	jun-10
Depósitos					
Depósitos à Vista	14.073	15.827	13.470	-11,1%	4,5%
Depósitos de Poupança	30.299	30.303	26.721	-	13,4%
Depósitos Interfinanceiros	2.283	2.002	1.145	14,0%	99,4%
Depósitos a Prazo	75.022	68.914	60.781	8,9%	23,4%
Outros Depósitos	-	433	398	-100,0%	-100,0%
Total	121.677	117.479	102.515	3,6%	18,7%

A captação de depósitos alcançou R\$121.677 milhões em 30 de junho de 2011, uma evolução de 18,7%, comparado com junho de 2010.

Destaque para o crescimento interanual de 23,4% nos depósitos a prazo e de 13,4% nos depósitos de poupança.

3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Santander consolidado totalizou R\$64.684 milhões em junho de 2011, comparado a R\$64.851 milhões em dezembro de 2010.

A evolução do patrimônio líquido é decorrente do resultado do período, e do ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$5 milhões, reduzido parcialmente pela proposta de dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$2.000 bilhões.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

	Em Milhões de Reais	2011			
		Reais por Milhares de Ações/Units			
		Ordinárias	Preferenciais	Units	
Juros sobre o Capital Próprio	mar-11	600	1,4366	1,5802	158,0216
Dividendos Intermediários	mai-11	274	0,6556	0,7212	72,1211
Dividendos Intercalares	mai-11	476	1,1401	1,2541	125,4059
Juros sobre o Capital Próprio	jun-11	550	1,3168	1,4485	144,8532
Dividendos Intercalares	jun-11	100	0,2394	0,2634	26,3369
Total Acumulado em 30 de junho de 2011		2.000			

A mensuração do capital regulamentar é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia II e considera: (a) Risco de Crédito - parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, considerando a mitigação de risco pela utilização de garantias; (b) Risco de Mercado - parcelas de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) Risco Operacional - exigência de parcela específica de capital.

O índice de Basileia II, que é apurado de forma consolidada, atingiu 21,4% desconsiderando o ágio no patrimônio líquido de referência, conforme determinado pela regra internacional. O Banco Santander, de acordo com a Circular 3477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com maior detalhamento da estrutura e metodologias no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

• Eventos Recentes

Lançamento do cartão de crédito Esso Santander

O Banco Santander comunicou ao mercado que, em parceria com a Cosan Combustíveis e Lubrificantes, subsidiária da Cosan S.A. Indústria e Comércio e detentora do uso das marcas Esso e Mobil no Brasil, lançou o cartão de crédito Esso Santander no primeiro trimestre de 2011, com o objetivo de alavancar seus negócios de cartão de crédito por meio de parcerias.

Aquisição da Carteira de Créditos do Santander Espanha

Em reunião realizada em 21 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração do Banco Santander aprovou a aquisição, por meio de sua agência em Cayman, de carteira de créditos do Santander Espanha, composta por contratos de financiamento ao comércio e exportação relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, até o limite de US\$1,085 milhões. No primeiro semestre de 2011, foram adquiridos US\$877 milhões referente aos contratos desta carteira.

Venda da Santander Seguros

Dando continuidade ao processo de venda da Santander Seguros divulgado em fevereiro de 2011, em reunião realizada em 13 de julho de 2011, o Conselho de Administração do Banco Santander aprovou a celebração dos documentos definitivos da operação de venda da totalidade das ações de emissão de sua subsidiária integral, Santander Seguros S.A. ("Santander Seguros"), e indiretamente da Santander Brasil Seguros S.A. ("Santander Brasil Seguros") para a Zurich Santander Insurance America, S.L., sociedade holding com sede na Espanha ("Holding"), inicialmente detida pelo seu acionista controlador, Banco Santander, S.A. ("Santander Espanha"), e para a Inversiones ZS America SPA, sociedade com sede no Chile, ("Operação"), os quais foram assinados no dia 14 de julho de 2011.

A conclusão da Operação, estimada até o final de 2011, está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes, em especial a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Santander Espanha e a Zurich Financial Services Ltd. ("Zurich"), envolvendo a aquisição, pela Holding, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai. Uma vez concluída a Operação e a aquisição dos demais ativos aqui referidos pela Holding, o Santander Espanha alienará para a Zurich 51% do capital social da Holding.

A Santander Seguros tem como atividade principal a exploração das operações de seguros de pessoas, em quaisquer de suas modalidades, bem como planos de pecúlio e rendas da previdência privada aberta e é a acionista controladora da Santander Brasil Seguros, cuja atividade principal é o desenvolvimento das operações de seguros de danos, em quaisquer de suas modalidades.

A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e alavancando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.

Não foi inserida no escopo da Operação a Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização), que permanece sob o controle do Banco Santander, bem como as atividades de corretagem de seguros, realizadas através da Santander S.A. - Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros. Como resultado da Operação o Banco Santander receberá, na data de fechamento, o preço calculado com base no valor de R\$3.167 milhões, com base em laudo de avaliação independente, o qual está sujeito a certos ajustes, incluindo a redução pela cisão parcial da Santander Capitalização, realizada a valores contábeis.

Como a Santander Seguros é uma subsidiária integral do Banco Santander, a compra e venda objeto da Operação estará sujeita ao direito de preferência dos acionistas do Banco Santander, nos termos do disposto no artigo 253 da Lei nº 6.404/76.

Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida para Sancap Investimentos e Participações S.A.

No contexto da operação de venda da Santander Seguros, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. ("Sancap"). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 mil e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Santander Seguros no capital social da Santander Capitalização.

A Sancap encontra-se em fase de constituição e a operação de Cisão Parcial está em processo de homologação na SUSEP.

Banco Madesant

O Banco Santander comunicou ao mercado em 25 de maio de 2011 que em linha com o Fato Relevante divulgado em 11 de fevereiro de 2010, o Banco Madesant - Sociedade Unipessoal S.A. ("Madesant"), uma empresa afiliada ao Banco Santander, S.A. (Espanha) poderá oferecer para venda, periodicamente, até 25.000.000 American Depositary Shares (ADSs) listados na New York Stock Exchange, sendo cada um representativo de uma Unit de emissão do Banco Santander.

• Estratégia

O Banco Santander aspira ser o maior banco múltiplo no Brasil em geração de valor para os acionistas, além de ser o melhor banco em satisfação de clientes e funcionários e em reconhecimento e atratividade de sua marca.

Com escala significativa para crescer no País, o Banco Santander também quer ser reconhecido pelo relacionamento com seus diversos públicos de interesse, tanto no varejo como no atacado. Para isso, incentiva negócios sustentáveis por meio de um portfólio completo com produtos que atendem às necessidades dos diferentes perfis de clientes.

Ao colocar a sustentabilidade no centro do seu modelo de negócios, o Banco Santander investe em um relacionamento mais sólido, próximo e de longo prazo junto ao seu público estratégico, mostrando-se preparado para entrar em novos mercados, responder novas demandas, além de acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo.

A disciplina de capital, o controle e gestão de riscos, a diversificação geográfica, a tecnologia de vanguarda que se traduz em maior eficiência e o foco em varejo são alguns dos pilares que sustentam a estratégia do Banco Santander e marcam o diferencial do seu Modelo de Negócios.

A conclusão do processo de Integração fez com que o Banco Santander realizasse algumas mudanças na estrutura administrativa e de governança, no intuito de agilizar o processo decisório e permitir que o Banco mantenha o foco no crescimento mais rápido e sólido do conglomerado Santander. Neste sentido, o Banco Santander tem realizado diversas ações com o objetivo de aumentar o volume de negócios, como o Santander Adquirência, direcionado ao segmento de pequenas e médias empresas, e várias parcerias que abrangem os segmentos de Cartões, Crédito Imobiliário e Seguros.

• Principais Controladas

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) atingiu em 30 de junho de 2011, R\$52.625 milhões em ativos totais, R\$7.910 milhões de carteira em operações de arrendamento mercantil e outros créditos, e R\$10.005 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido do semestre foi de R\$366 milhões.

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré C.F.I.) atingiu em 30 de junho de 2011, R\$24.829 milhões em ativos totais, R\$18.981 milhões de carteira em operações de crédito e outros créditos, e R\$1.042 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido do semestre foi de R\$100 milhões.

A Santander Seguros, atingiu, em 30 de junho de 2011, R\$23.583 milhões de ativos totais, patrimônio líquido de R\$1.973 milhões e Provisão Técnica para Operações de Seguros e Previdência Privada de R\$20.725 milhões. O lucro líquido do semestre foi de R\$211 milhões.

A Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Santander CCVM") atingiu, em 30 de junho de 2011, R\$679 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R\$231 milhões. O lucro líquido do semestre foi de R\$32 milhões.

A Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) apresentou, em 30 de junho de 2011, ativos totais no valor de R\$223 milhões. O patrimônio líquido atingiu R\$157 milhões e o lucro líquido do trimestre foi de R\$40 milhões. O valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento sob gestão atingiu R\$113.167 milhões.

• Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional e a qualidade de sua administração, conforme explicitado no quadro:

Agências Ratings	Suporte 2	Rating	Perspectiva	Rating	Perspectiva
Fitch Ratings	Escala Nacional	AAA (BRA)	Estável	F1+ (BRA)	Estável
	Moeda Local	A-	Estável	F1	Estável
	Moeda Estrangeira	BBB+	Estável	F2	Estável
Standard & Poor's	Escala Nacional	brAAA	Estável	brA-1	Estável
	Moeda Local	BBB-	Estável	A-3	Estável
	Moeda Estrangeira	BBB-	Estável	A-3	Estável
Moody's	Escala Nacional	Aaa.br	Estável	Br-1	Estável
	Moeda Local	A2	Estável	P-1	Estável
	Moeda Estrangeira	Baa2	Estável	P-2	Estável

* Os *ratings* de Suporte não medem a qualidade do banco em questão. Na realidade, constituem uma avaliação do possível suporte que um banco poderia receber dos seus acionistas ou das autoridades oficiais no caso de dificuldades.

• Governança Corporativa

No primeiro semestre de 2011, o Banco Santander avançou em suas práticas de governança corporativa. Iniciou o ano com o recebimento do Escore GAMMA 7 (Governance, Accountability, Management Metrics and Analysis), atribuído pela Standard & Poor's Governance Services, em uma escala que varia de 0 a 10. O Relatório da Standard & Poor's que aponta os processos e práticas gerais de governança corporativa do Banco Santander, bem como os pontos que afetam negativamente o indicador Escore GAMMA está disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

No primeiro trimestre ainda, foram nomeados como membros do Comitê de Auditoria, para um novo mandato de um ano, a Sra. Maria Elena Cardoso Figueira, como coordenadora e especialista financeira, e os Srs. Celso Clemente Giacometti e Sergio Darcy da Silva Alves.

No segundo trimestre de 2011, o Banco Santander, elegeu para a implementação do Comitê de Governança Corporativa, Ética e Sustentabilidade, instituído na reunião do Conselho de Administração em 24 de março de 2011, o Sr. Fabio Colletti Barbosa, como coordenador e os Srs. Gilberto Milano e José Luciano Duarte Penido como membros do referido Comitê.

Ainda, em relação aos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, foi eleito para compor o Comitê de Auditoria, o Sr. René Luiz Grande, e foram eleitos para um novo mandato os atuais membros do Comitê de Nomeação e Remuneração, Srs. Fabio Colletti Barbosa e Fernando Carneiro e Sra. Viviane Senna Lalli.

No mesmo período, ocorreu a aprovação da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado, a qual possui em seu escopo os princípios e as normas básicas para o gerenciamento do risco de mercado do Banco Santander e das demais empresas do Conglomerado Santander Brasil, em atendimento às disposições contidas na Resolução CMN 3.464, de 26/06/2007, do Conselho Monetário Nacional.

O Código de Ética do Banco Santander também foi atualizado para refletir a atual estrutura do Banco Santander com companhia aberta. O Código de Ética pode ser acessado no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri, na seção Governança Corporativa.

De acordo com o regulamento do Nível 2 da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa), o Banco Santander está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social. Em www.santander.com.br/ri na seção governança corporativa, pode-se encontrar uma completa descrição dos requisitos mínimos para ser listado no nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa.

• Gestão de Riscos

1. Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os mais altos padrões de gestão, construída a partir de uma visão prudente de riscos e do conhecimento do cliente. Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco Santander, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco, compatibilizados com a missão e objetivos das áreas de negócio.
- Aprovar proposta e operações e limites de crédito de clientes e carteiras (atacado e varejo).
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado.
- Conhecer as observações e recomendações formuladas pelas autoridades de supervisão, órgãos de auto-regulação, assim como das auditorias Interna e Independente e Comitê de Auditoria.
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Conselho de Administração e Comitê Executivo, e alinhadas com as políticas do Conglomerado Santander.
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

A função de riscos no Banco Santander é executada pela Vice-Presidência Executiva de Riscos de Crédito e Mercado, que é independente das áreas de negócio, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander e em consonância com a Diretoria Corporativa de Riscos.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle relacionados à gestão de riscos está descrito no relatório, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

2. Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, RORAC (retorno sobre o capital ajustado ao risco) e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. O Conglomerado utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo grupo. Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc) e em cenários macroeconômicos estimado pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

3. Risco de Crédito

A função de Riscos de Crédito e Mercado é desenvolver políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de crédito de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de controle e acompanhamento utilizados na gestão de riscos de crédito e mercado. Esses sistemas e processos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança. A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, assim como o processo de gestão de riscos é segregado entre clientes individualizados e clientes com características similares.

4. Risco de Mercado

Risco de mercado é à exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, entre outros. Isso permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados em que atua.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco Santander Espanha e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, com os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na

BALANÇO PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2011	2010		Nota	2011	2010
Ativo Circulante		220.285.743	192.852.684	Passivo Circulante		226.538.285	214.148.949
Disponibilidades	4	4.224.926	3.529.467	Depósitos	18.a	88.451.711	78.722.534
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	33.891.207	28.325.490	Depósitos à Vista		14.304.905	13.708.255
Aplicações no Mercado Aberto		16.405.907	13.838.096	Depósitos de Poupança		30.299.045	26.721.311
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		14.767.333	13.492.943	Depósitos Interfinanceiros		21.109.024	11.330.461
Aplicações em Moedas Estrangeiras		2.717.967	994.451	Depósitos a Prazo		22.738.737	26.564.427
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	38.195.739	37.007.670	Outros Depósitos		-	398.800
Carteira Própria		13.462.069	14.056.977	Captações no Mercado Aberto	18.b	57.179.382	59.741.634
Vinculados a Compromissos de Recompra		14.393.542	20.772.221	Carteira Própria		46.895.370	53.693.017
Instrumentos Financeiros Derivativos		2.050.968	1.316.279	Carteira de Terceiros		361.497	15.501
Vinculados ao Banco Central		5.999.690	477.622	Carteira de Livre Movimentação		9.922.515	6.033.116
Vinculados à Prestação de Garantias		2.289.470	384.571	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	10.841.887	7.882.085
Relações Interfinanceiras	7	43.453.304	26.649.836	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		9.467.828	7.488.698
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.758.262	1.799.626	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		1.374.059	393.387
Créditos Vinculados:				Relações Interfinanceiras	7	1.653.433	1.731.392
Depósitos no Banco Central		41.667.253	24.732.786	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.642.351	1.702.596
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		640	100.758	Correspondentes		11.082	28.796
Correspondentes		27.149	16.666	Relações Interdependências		1.489.545	1.802.541
Relações Interdependências	20.447	40.426		Recursos em Trânsito de Terceiros		1.487.473	1.797.550
Recursos em Trânsito de Terceiros		106	1.673	Transferências Internas de Recursos		2.072	4.991
Transferências Internas de Recursos		20.341	38.753	Obrigações por Empréstimos	18.e	11.396.299	11.319.051
Operações de Crédito	8	54.043.627	49.666.280	Empréstimos no País - Outras Instituições		-	274.664
Setor Público		48.492	66.388	Empréstimos no Exterior		11.396.299	11.044.387
Setor Privado		55.544.162	50.898.573	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	4.349.489	2.550.038
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(1.549.027)	(1.298.681)	Tesouro Nacional		35.849	5.352
Operações de Arrendamento Mercantil	8	128.070	199.406	BNDES		2.223.008	709.511
Setor Privado		136.406	217.451	CEF		20.454	2.236
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(8.336)	(18.045)	FINAME		2.032.443	1.787.508
Outros Créditos	46.078.964	47.113.128		Outras Instituições		37.735	45.431
Créditos por Avals e Fianças Honoradas		-	7.578	Obrigações por Repasses do Exterior	18.e	606.215	548.865
Carteira de Câmbio	9	27.078.197	32.171.433	Repasses do Exterior		606.215	548.865
Rendas a Receber		353.752	329.067	Instrumentos Financeiros Derivativos	6	2.014.088	1.492.679
Negociação e Intermediação de Valores	10	630.079	822.246	Instrumentos Financeiros Derivativos		2.014.088	1.492.679
Créditos Tributários	11	5.313.280	5.003.690	Outras Obrigações	48.556.236	48.358.130	48.358.130
Diversos	12	12.838.955	8.872.146	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.421.317	932.422
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(135.299)	(93.032)	Carteira de Câmbio	9	25.042.481	30.857.873
Outros Valores e Bens	249.591	320.981		Sociais e Estatutárias	9	2.143.056	1.473.489
Outros Valores e Bens	13	106.865	121.918	Fiscais e Previdenciárias	19	7.072.996	4.834.216
(Provisões para Desvalorizações)	13	(97.181)	(112.233)	Negociação e Intermediação de Valores	10	606.110	230.819
Despesas Antecipadas		239.775	311.296	Dívidas Subordinadas	20	-	2.177
Ativo Realizável a Longo Prazo	170.238.976	144.938.867		Diversas	21	12.270.276	10.027.134
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	12.586.333	8.566.774	Passivo Exigível a Longo Prazo	141.745.025	104.168.465	
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		12.277.320	8.500.144	Depósitos	18.a	69.038.336	57.280.369
Aplicações em Moedas Estrangeiras		309.213	356.830	Depósitos Interfinanceiros		16.842.677	23.138.996
(Provisões para Perdas)		(200)	(200)	Depósitos a Prazo		52.195.659	34.141.373
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	74.021.049	63.413.917	Captações no Mercado Aberto	18.b	20.219.711	10.814.486
Carteira Própria		11.854.516	6.215.463	Carteira Própria		20.219.711	10.814.486
Vinculados a Compromissos de Recompra		52.932.362	43.815.314	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	19.922.915	2.707.991
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.236.964	2.940.963	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		14.576.186	526.191
Vinculados ao Banco Central		1.324.384	6.225.492	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		5.346.729	2.181.800
Moedas de Privatização		2.036	1.714	Obrigações por Empréstimos	18.e	1.982.765	1.933.236
Vinculados à Prestação de Garantias		4.670.787	4.214.971	Empréstimos no Exterior		1.982.765	1.933.236
Relações Interfinanceiras	7	191.547	82.349	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	6.911.377	6.532.607
Créditos Vinculados:				Tesouro Nacional		1.149	-
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		191.547	82.349	BNDES		4.099.757	3.351.087
Operações de Crédito	8	70.139.413	56.031.095	CEF		1.367	2.012
Setor Público		124.338	120.725	FINAME		2.806.108	3.179.508
Setor Privado		77.584.570	62.084.146	Outras Instituições		2.996	-
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(7.569.495)	(6.173.776)	Obrigações por Repasses do Exterior	18.e	384.130	1.076.223
Operações de Arrendamento Mercantil	8	109.740	266.149	Repasses do Exterior		384.130	1.076.223
Setor Privado		122.093	308.447	Instrumentos Financeiros Derivativos	6	3.166.638	3.174.405
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(12.353)	(42.298)	Instrumentos Financeiros Derivativos		3.166.638	3.174.405
Outros Créditos	13.115.686	16.255.836		Outras Obrigações	20.119.153	20.649.148	
Créditos por Avals e Fianças Honoradas		1.705	14.897	Carteira de Câmbio	9	222.576	1.209.700
Carteira de Câmbio	9	301.763	2.217.222	Fiscais e Previdenciárias	19	2.944.100	2.937.032
Rendas a Receber		52.875	52.700	Negociação e Intermediação de Valores	10	-	77
Créditos Tributários	11	6.061.455	6.345.674	Dívidas Subordinadas	20	10.276.291	10.081.104
Diversos	12	6.988.210	7.865.465	Diversas	21	6.676.186	6.421.235
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(290.322)	(240.122)	Resultados de Exercícios Futuros		193.348	178.586
Outros Valores e Bens	75.208	32.747		Resultados de Exercícios Futuros		193.348	178.586
Investimentos Temporários		8.061	8.061	Patrimônio Líquido	23	64.699.751	65.354.066
(Provisões para Perdas)		(1.765)	(1.765)	Capital Social:		62.828.201	62.828.201
Despesas Antecipadas		68.912	26.451	De Domiciliados no País		6.251.291	6.251.291
Permanente	42.651.690	46.058.515		De Domiciliados no Exterior		56.576.910	56.576.910
Investimentos	17.204.673	18.594.293		Reservas de Capital		529.136	704.436
Participações em Coligadas e Controladas:	15	17.173.869	18.534.595	Reservas de Lucros		1.053.687	1.632.607
No País		17.088.062	18.435.533	Ajustes de Avaliação Patrimonial		288.727	188.822
No Exterior		85.807	99.062	Total do Ativo		433.176.409	383.850.066
Outros Investimentos		71.235	101.451				
(Provisões para Perdas)		(40.431)	(41.753)				
Imobilizado de Uso	16	4.458.452	3.877.903				
Imóveis de Uso		2.138.728	1.590.303				
Outras Imobilizações de Uso		5.870.855	5.380.250				
(Depreciações Acumuladas)		(3.551.131)	(3.092.650)				
Intangível	17	20.988.565	23.586.319				
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.892.976	26.715.068				
Outros Ativos Intangíveis		5.898.044	4.770.836				
(Amortizações Acumuladas)		(11.802.455)	(7.899.585)				
Total do Ativo		433.176.409	383.850.066				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Total
		Reserva para Equalização de Dividendos	Reserva Legal	Próprios	Coligadas e Controladas		
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	62.806.071	726.566	769.476	149.991	83.034	-	64.527.446
Aumento de Capital	23.a	22.130	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	112.585	895	113.480
Lucro Líquido		-	-	-	-	2.013.140	2.013.140
Destinações:							
Reserva Legal		-	100.657	-	-	(100.657)	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	(500.000)	(500.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	(800.000)	(800.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	612.483	-	(612.483)	-
Saldos em 30 de Junho de 2010	62.828.201	704.436	870.133	762.474	195.619	-	65.354.066
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	62.828.201	529.136	962.310	273.840	280.935	2.563	64.876.985
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	(57.057)	62.286	5.229
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	23.b	-	-	(273.840)	-	-	(273.840)
Lucro Líquido		-	-	-	-	1.817.537	1.817.537
Destinações:							
Reserva Legal		-	90.877	-	-	(90.877)	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	(576.160)	(576.160)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	(1.150.000)	(1.150.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	500	-	(500)	-
Saldos em 30 de Junho de 2011	62.828.201	529.136	1.053.187	500	223.878	-	64.699.751

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional
O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e operações de cartões de crédito, através de empresas controladas. Atua também nos mercados de seguros, previdência privada, capitalização, arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários e de seguros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adot

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

2) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

3) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) Resultado de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovado pela Administração do Banco Santander.

m) Avaliação do Valor Recuperável

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2010	31/12/2009
Disponibilidades	4.224.926	4.375.077	3.529.467	5.597.548
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.158.870	5.124.336	1.936.750	12.910.596
Aplicações no Mercado Aberto	1.051.181	767.162	452.115	11.257.097
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	389.722	78.842	490.481	266.347
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.717.967	4.278.332	994.154	1.387.152
Total	8.383.796	9.499.413	5.466.217	18.508.144

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2011			2010		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	8.069.193	8.336.714	-	16.405.907	13.838.096	-
Posição Bancada	2.683.756	3.561.316	-	6.245.072	8.063.755	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	103.138	-	-	103.138	311.300	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	741.950	420.268	-	1.162.218	394.764	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.838.668	3.141.048	-	4.979.716	7.337.901	-
Títulos Emitidos pelo Governo Brasileiro no Exterior	-	-	-	-	19.790	-
Posição Financiada	361.498	-	-	361.498	15.543	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	99.999	-	-	99.999	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	261.499	-	-	261.499	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	15.543	-
Posição Vendida	5.023.939	4.775.398	-	9.799.337	5.758.798	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.392.394	675.475	-	2.067.869	358.517	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.631.545	4.099.923	-	7.731.468	5.400.281	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	3.581.635	11.185.698	12.277.320	27.044.653	21.993.087	-
Aplicações em Moedas Estrangeiras	2.717.967	-	309.213	3.027.180	1.351.281	-
Provisões para Perdas	-	-	(200)	(200)	(200)	-
Total	14.368.795	19.522.412	12.586.333	46.477.540	37.182.264	28.325.490
Circulante	-	-	-	-	-	8.856.774
Longo Prazo	-	-	-	-	-	-

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

h) Resumo da Carteira por Categorias

	2011		2010	
	Valor de Custo	Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	25.562.827	(47.098)	25.515.729	31.143.673
Títulos Públicos	22.474.346	(29.669)	22.444.677	27.882.395
Títulos Privados	3.088.481	(17.429)	3.071.052	3.261.278
Títulos Disponíveis para Venda	80.199.432	266.375	80.465.807	64.140.213
Títulos Públicos	40.935.083	200.754	41.135.837	32.497.482
Títulos Privados	39.264.349	65.621	39.329.970	31.642.731
Títulos Mantidos até o Vencimento	947.320	-	947.320	880.459
Títulos Públicos	947.320	-	947.320	880.459
Total de Títulos e Valores Mobiliários	106.709.579	(47.098)	106.928.856	96.164.345
Derivativos (Ativo)	4.678.029	609.903	5.287.932	4.257.242
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	111.387.608	562.805	112.216.788	100.421.587
Circulante	-	-	-	38.195.739
Longo Prazo	-	-	-	74.021.049
Derivativos (Passivo)	(4.947.989)	(232.737)	(5.180.726)	(4.667.084)
Circulante	-	-	-	(2.014.088)
Longo Prazo	-	-	-	(3.166.638)

II) Títulos para Negociação

	2011		2010	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	22.474.346	(29.669)	22.444.677	27.882.395
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	69.308	33	69.341	59.165
Letras do Tesouro Nacional - LTN	8.251.617	(5.002)	8.246.615	3.775.079
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	416.894	32	416.926	642.735
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	10.119.754	(40.717)	10.079.037	21.069.281
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	600.438	17.966	618.404	689.880
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	2.857.264	(2.397)	2.854.867	1.442.930
Títulos da Dívida Agrária - TDA	150.199	263	150.462	179.631
Títulos da Dívida Externa Brasileira	7.834	151	7.985	19.426
Debêntures ⁽¹⁾	1.038	2	1.040	4.268
Títulos Privados	3.088.481	(17.429)	3.071.052	3.261.278
Ações	271.056	(6.038)	265.018	118.261
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	30.415	-	30.415	713.712
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	388.977	-	388.977	372.667
Cotas de Fundos de Investimento	152.114	-	152.114	3.991
Debêntures	2.219.023	(1.311)	2.217.712	1.989.232
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	26.896	(10.080)	16.816	63.415
Total	25.562.827	(47.098)	25.515.729	31.143.673

Títulos Disponíveis para Venda

	2011					2010						
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	4.978.281	2.274.315	5.027.036	10.165.045	22.444.677	-	-	-	-	10.165.045	22.444.677
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	69.341	69.341	69.341	-	-	-	-	69.341	69.341
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.688.697	777.879	1.144.390	1.635.649	8.246.615	-	-	-	-	1.635.649	8.246.615
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	30.169	156.242	140.412	90.103	416.926	-	-	-	-	90.103	416.926
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	64.457	781.117	2.966.446	6.267.017	10.079.037	-	-	-	-	6.267.017	10.079.037
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	5.568	671	612.165	618.404	1.442.930	-	-	-	-	618.404	1.442.930
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	142.389	493.007	677.229	1.542.242	2.854.867	-	-	-	-	1.542.242	2.854.867
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	45.961	65.045	29.218	10.238	150.462	-	-	-	-	10.238	150.462
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	354	-	7.631	7.985	-	-	-	-	7.631	7.985
Debêntures ⁽¹⁾	-	1.040	-	-	1.040	4.268	-	-	-	-	1.040	4.268
Títulos Privados	806.109	28.866	7.564	22.207	2.206.306	3.071.052	-	-	-	-	2.206.306	3.071.052
Ações	265.018	-	-	-	265.018	118.261	-	-	-	-	118.261	118.261
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	-	-	-	-	30.415	713.712	-	-	-	-	30.415	713.712
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	388.977	372.667	-	-	-	-	388.977	372.667
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	152.114	3.991	-	-	-	-	152.114	3.991
Debêntures	-	12.050	7.564	22.207	2.175.891	2.217.712	-	-	-	-	2.175.891	2.217.712
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	16.816	-	-	16.816	63.415	-	-	-	-	16.816	63.415
Total	806.109	5.007.147	2.281.879	5.049.243	12.371.351	25.515.729	-	-	-	-	12.371.351	25.515.729

III) Títulos Disponíveis para Venda

	2011					2010						
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	4.978.281	2.274.315	5.027.036	10.165.045	22.444.677	-	-	-	-	10.165.045	22.444.677
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	69.341	69.341	69.341	-	-	-	-	69.341	69.341
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.688.697	777.879	1.144.390	1.635.649	8.246.615	-	-	-	-	1.635.649	8.246.615
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	30.169	156.242	140.412	90.103	416.926	-	-	-	-	90.103	416.926
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	64.457	781.117	2.966.446	6.267.017	10.079.037	-	-	-	-	6.267.017	10.079.037
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	5.568	671	612.165	618.404	1.442.930	-	-	-	-	618.404	1.442.930
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	142.389	493.007	677.229	1.542.242	2.854.867	-	-	-	-	1.542.242	2.854.867
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	45.961	65.045	29.218	10.238	150.462	-	-	-	-	10.238	150.462
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	-	354	-	7.631	7.985	-	-	-	-	7.631	7.985
Debêntures ⁽¹⁾	-	1.040	-	-	1,040	4,268	-	-	-	-	1,040	4,268
Títulos Privados	806.109	28.866	7.564	22.207	2.206.306	3.071.052	-	-	-	-	2.206.306	3.071.052
Ações	265.018	-	-	-	265.018	118.261	-	-	-	-	118,261	118,261
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	-	-	-	-	30,415	713,712	-	-	-	-	30,415	713,712
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	388,977	372,667	-	-	-	-	388,977	372,667
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	152,114	3,991	-	-	-	-	152,114	3,991
Debêntures	-	12,050	7,564	22,207	2,175,891	2,217,712	-	-	-	-	2,175,891	2,217,712
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	16,816	-	-	16,816	63,415	-	-	-	-	16,816	63,415
Total	806.109	5.007.147	2.281.879	5.049.243	12.371.35							

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Carteira Negociação			
Fatores de Risco			
Cupom de Dólar Americano	(41.642)	(80.727)	(67.940)
Cupom de Outras Moedas	(1.980)	(19.801)	(99.006)
Taxa Pré - Fixada em Reais	(2.386)	(23.861)	(119.303)
Ações e Índices	22.291	55.727	111.454
Inflação	(9.107)	(91.072)	(455.361)
Outros	(768)	(7.684)	(38.421)
Total (1)	(33.592)	(167.418)	(668.577)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.
O quadro resume seguinte sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 30 de junho de 2011.

	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Carteira "Banking"			
Fatores de Risco			
Cupom de Dólar Americano	1.415	14.149	70.745
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(1.615)	(16.150)	(80.749)
Taxa Pré - Fixada em Reais	(34.889)	(348.887)	(1.744.434)
Inflação	(1.004)	(10.038)	(50.192)
Total (1) (2)	(36.093)	(360.926)	(1.804.630)

(1) Valor de mercado do capital modelado com prazo de 1,5 ano.

(2) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Os cenários 2 e 3 acima consideram as situações de deterioração previstas na Instrução CVM 475/2008, tidas como de baixa probabilidade de ocorrência. De acordo com a estratégia determinada pela Administração, no caso de sinal de deterioração de mercado são adotadas ações para minimizar possíveis impactos. **Cenário 1:** é habitualmente informado em nossos relatórios diários correspondendo a um choque de 10 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somando um choque de 10% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 10 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizadas para precificação de opções.

Cenário 2: correspondendo a um choque de 100 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 25% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 100 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cenário 3: correspondendo a um choque de 500 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 50% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 500 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cupom de Dólar Americano: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do Dólar americano e da taxa de juros em Dólar americano. **Cupom de Outras Moedas:** todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de qualquer moeda que não o Dólar americano e da taxa de juros em Dólar americano.

TR e TJLP: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da TR e da TJLP.

Taxa Pré - Fixada em Reais: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros em Reais.

Ações e Índices: índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações ou ações em si.

Inflação: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Outros: qualquer outro produto que não se enquadre nas classificações acima.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

	2011	2010
a) Carteira de Créditos		
Operações de Crédito	133.301.562	113.169.832
Empréstimos e Títulos Descontados	84.121.375	68.429.356
Financiamentos (1)	30.844.686	29.774.914
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	4.379.100	4.609.590
Financiamentos Imobiliários	13.924.676	10.355.216
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	31.725	532
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	224
Operações de Arrendamento Mercantil	258.499	525.898
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (2) (Nota 9)	2.253.478	2.275.701
Outros Créditos (3)	9.412.085	7.452.247
Total	145.225.624	123.423.678
Circulante	66.999.836	60.275.626
Longo Prazo	78.225.788	63.148.052

(1) No primeiro semestre de 2011, o Banco, por meio da sua agência em Grand Cayman, adquiriu do Banco Santander Espanha, em condições comutativas, carteira composta por contratos de financiamento e crédito à exportação e importação, relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior no montante atualizado de US\$876 milhões, equivalentes a R\$1.368 milhões (em 2010 no montante atualizado de US\$716 milhões, equivalentes a R\$1.290 milhões).

(2) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(3) Compreiendos os créditos por avais e fianças honorados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	2011	2010
Vencidas	4.032.004	6.343.697
A Vencer:		
Até 3 Meses	27.117.346	22.477.143
De 3 a 12 Meses	39.882.490	37.798.483
Acima de 12 Meses	74.193.784	56.804.355
Total	145.225.624	123.423.678
c) Carteira de Arrendamento		
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	310.675	677.299
Arrendamentos a Receber	121.968	262.780
Valores Residuais a Realizar (1)	188.707	414.519
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(120.010)	(258.913)
Valores Residuais a Balancear	(188.707)	(414.519)
Imobilizado de Arrendamento	810.652	1.085.856
Depreciações Acumuladas	(609.365)	(569.995)
Superveniências de Depreciações	550.440	576.337
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	20	17
Credores por Antecipação de Valor Residual	(495.206)	(570.184)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	258.499	525.898

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$52.176 (2010 - R\$151.401).

Em 30 de junho de 2011 e 2010, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento a Valor Presente

	2011	2010
Vencidas	7.146	23.409
A Vencer:		
Até 1 Ano	136.406	217.451
De 1 a 5 Anos	114.931	285.038
Acima de 5 Anos	16	-
Total	258.499	525.898
d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades		
Setor Privado	145.052.794	123.236.565
Indústria	29.640.976	23.695.982
Comércio	14.921.090	10.485.896
Instituições Financeiras	125.244	275.003
Serviços e Outros (1)	37.941.904	38.084.214
Pessoas Físicas	58.044.480	46.086.398
Cartão de Crédito	11.707.091	8.869.078
Crédito Imobiliário	7.647.104	5.609.384
Crédito Consignado	11.069.198	8.517.705
Financiamento e Leasing de Veículos	2.982.521	3.800.287
Outros	24.638.586	19.289.944
Agricultura	4.379.100	4.609.072
Setor Público	172.830	187.113
Governo Federal	4.664	14.238
Governo Estadual	158.570	162.991
Governo Municipal	9.596	9.884
Total	145.225.624	123.423.678

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Carteira de Créditos		Provisão Requerida	
		2011	2010	2011	2010
AA	-	58.348.715	-	58.348.715	47.513.555
A	0,5%	60.520.524	-	60.520.524	54.139.460
B	1%	4.328.431	1.593.909	5.922.340	5.211.982
C	3%	3.669.490	2.853.361	6.522.851	5.738.485
E	10%	1.151.707	2.352.124	3.503.831	2.491.998
E+	30%	289.443	1.170.797	1.460.240	1.444.680
F	50%	163.585	1.852.342	2.015.927	1.499.616
G	70%	17.783	877.662	895.445	675.227
H	100%	225.642	5.810.109	6.035.751	4.708.675
Total		128.715.320	16.510.304	145.225.624	123.423.678
Provisão Adicional (2)					548.339
Provisão Total					9.564.832

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente, e é alocada em cada nível de risco.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	2011	2010
Saldo Inicial	7.640.896	8.293.755
Constituições	4.933.044	4.057.819
Baixas	(3.009.108)	(4.485.620)
Saldo Final (1)	9.564.832	7.865.954
Circulante	1.692.662	1.409.758
Longo Prazo	7.872.170	6.456.196
Créditos Recuperados no Período (2)	953.074	374.270

(1) Inclui R\$20.689 (2010 - R\$60.343) de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação, relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$7.337 (2010 - R\$44.872).

g) Concentração de Crédito

	2011	2010
Carteira de Crédito com Avals e Fianças (1), Títulos e Valores Mobiliários (2)		
Instrumentos Financeiros Derivativos (3)		
Maiores Devedor	8.577.062	3,8%
10 Maiores	22.030.282	9,8%
20 Maiores	29.456.051	13,2%
50 Maiores	43.731.253	19,5%
100 Maiores	56.427.426	25,2%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresarial.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	2011	2010
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	13.440.003	15.696.383
Câmbio Comprado a Liquidar	14.087.649	18.871.352
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(203.977)	(258.530)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	(43.623)	78.509
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	2.662	941
Total	27.379.960	34.388.655
Circulante	27.078.197	32.171.433
Longo Prazo	301.763	2.217.222
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	13.142.908	15.574.255
Obrigações por Compra de Câmbio	14.366.104	18.788.954
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(2.253.478)	(2.275.701)
Outros	9.523	(20.105)
Total	25.265.057	32.067.573
Circulante	25.042.481	30.857.873
Longo Prazo	222.576	1.209.700
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	527.928	499.813
Créditos de Exportação Confirmados	5.329	21.452

10. Negociação e Intermediação de Valores

	2011	2010
Ativo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	346.320	456.355
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	47.819	4.437
Bolsas - Depósitos em Garantia	235.857	361.371
Outros	83	83
Total	630.079	822.246
Circulante	630.079	822.246
Passivo		
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	315.270	161.144
Credores - Conta Liquidações Pendentes	120.367	14.870
Credores por Empréstimos de Ações	168.765	53.557
Comissões e Corretagens a Pagar	1.708	1.325
Total	606.110	230.896
Circulante	606.110	230.819
Longo Prazo	-	77

11. Créditos Tributários

a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2010	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2011
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	3.987.213	1.993.880	(1.815.638)	4.165.455
Provisão para Contingências Cíveis	578.053	60.881	(68.736)	570.198
Provisão para Contingências Fiscais	1.965.458	393.484	(80.311)	2.278.631
Provisão para Contingências Trabalhistas	1.011.718	340.850	(289.629)	1.062.939
Ágio Amortizado	189.020	-	(36.129)	152.891
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	1.762.752	-	(458.446)	1.304.306
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa (1)	92.408	40.063	-	132.471
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria	301.201	6.586	-	307.787
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	272.942	234.994	(294.267)	213.669
Outras Provisões Temporárias	1.717.343	-	(31.261)	1.686.082
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	11.878.108	3.070.738	(3.074.417)	11.874.429
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	152.806	-	(44.117)	108.689
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	727.290	-	(43.709)	683.581
Total dos Créditos Tributários	12.758.204	3.070.738	(3.162.243)	12.666.699
Créditos não Registrados (2)	(1.427.646)	-	135.882	(1.291.964)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	11.330.558	3.070.738	(3.026.361)	11.374.735
Circulante	4.925.931	-	-	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado		Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	2011	2011	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Controladas do Banco Santander								
Santander Seguros ^{(10) (11) (13)}	1.973.467	211.161	1.973.464	2.473.181	149.485	111.617	149.485	111.617
Santander Leasing ⁽¹³⁾	10.005.226	436.757	7.861.510	9.593.069	287.390	383.739	287.390	383.739
RCI Leasing	552.729	28.857	220.440	197.061	11.509	7.973	11.509	7.973
Santander Brasil Asset ⁽¹³⁾	157.398	39.635	157.398	173.616	35.645	35.955	35.645	35.955
Santander Consórcios	4.070	12	4.070	3.910	12	101	12	101
SB Consórcio ⁽¹³⁾	134.034	19.382	134.034	110.568	15.962	17.643	15.962	17.643
Banco Bandeja ⁽¹³⁾	4.329.947	195.331	4.329.947	4.154.884	75.321	139.951	75.321	139.951
Aymoré CFJ ⁽¹³⁾	1.042.414	99.704	1.042.414	867.039	85.864	181.579	85.864	181.579
RCI Brasil	294.475	24.321	116.566	114.129	9.729	12.826	9.729	12.826
Microcrédito ⁽¹⁾	13.954	2.224	13.954	12.874	2.224	3.258	2.224	3.258
CRV DTVM ^{(2) (13)}	94.691	10.587	94.691	85.164	8.077	2.539	8.077	2.539
Santander CCVM ⁽¹³⁾	231.492	31.978	231.492	317.440	25.329	21.089	25.329	21.089
Santander CHP S.A. ⁽⁴⁾	48.027	36.104	46.376	3.370	34.863	1.656	34.863	1.656
Advisory	180.130	20.595	180.130	152.898	20.594	20.996	20.594	20.996
Webmotors S.A. ⁽¹³⁾	58.553	7.666	58.553	47.456	6.156	6.694	6.156	6.694
Santander Getnet	15.612	2.389	7.806	2.190	1.195	(1.610)	1.195	(1.610)
Sancap ^{(11) (12)}	511.774	-	-	-	-	-	-	-
Agropecuária Tapirapá S.A. ⁽⁵⁾	-	-	-	6.897	-	-	-	163
Santander S.A. - Corretora de Câmbio e Títulos (Santander CCT) ⁽³⁾	-	-	-	-	-	-	-	11.192
Real Argentina S.A. ⁽⁶⁾	-	-	-	41	-	-	-	(11)
Controlada da Santander Seguros								
SB Seguros	141.241	17.881	-	-	-	-	-	-
Controlada da Sancap								
Santander Capitalização ⁽¹¹⁾	551.742	58.112	551.742	-	37.362	-	-	-
Controlada da Advisory								
Santander Serviços ⁽⁶⁾	162.659	20.251	-	-	-	-	-	-
Controlada da CRV DTVM ⁽²⁾								
Santander Securities	73.704	1.842	-	-	-	-	-	-
Controladas em Conjunto								
Araguari	171.614	-	85.807	99.021	-	-	-	-
Citrasec ⁽¹³⁾	76.623	11.858	10.448	9.714	1.114	(91)	1.114	(91)
Northern Participações	54.080	3.077	27.040	27.194	1.538	1.101	1.538	1.101
EBP	5.439	(6.006)	604	1.994	(667)	(543)	(667)	(543)
MS Participações ⁽⁸⁾	6.791	(209)	3.577	-	(108)	-	(108)	-
Celta Holding S.A. ⁽⁷⁾	-	-	-	59.496	-	522	-	522
Colgadas								
Northern Holding	100.259	7.726	21.806	21.389	1.681	844	1.681	844
Total			17.173.869	18.534.595	810.275	959.183	810.275	959.183

⁽¹⁾ Em 30 de junho de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social de Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A. para Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

⁽²⁾ Em 30 de junho de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social de Companhia Real de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para Companhia Santander de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e em 18 de outubro de 2010 teve sua denominação social alterada novamente para CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

⁽³⁾ Empresa incorporada pela Santander CCVM em 31 de março de 2010.

⁽⁴⁾ Em 15 de julho de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social da Real CHP S.A. para Santander CHP S.A.

⁽⁵⁾ Empresa incorporada pela Santander CHP S.A. em 28 de fevereiro de 2011.

⁽⁶⁾ Empresa liquidada em 18 de novembro de 2010.

⁽⁷⁾ Empresa alienada em 28 de outubro de 2010.

⁽⁸⁾ Participação adquirida em fevereiro de 2011.

⁽⁹⁾ Nas Assembleias Gerais Extraordinárias (AGEs) de 29 de outubro de 2010 da Real Corretora de Seguros S.A. (Real Corretora) e da Santander Serviços, os seus respectivos acionistas aprovaram a proposta de incorporação da Real Corretora pela Santander Serviços, com base nos respectivos valores de patrimônio líquido contábil na data-base de 30 de setembro de 2010.

⁽¹⁰⁾ Em reunião realizada em 13 de julho de 2011, o Conselho de Administração do Banco Santander aprovou a celebração dos documentos definitivos da operação de venda da totalidade das ações de emissão de sua subsidiária integral, Santander Seguros (Nota 37).

⁽¹¹⁾ Na AGE realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovado o Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Câmbio Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap) (Nota 37).

⁽¹²⁾ A Sancap encontra-se em fase de constituição (Nota 37).

⁽¹³⁾ O resultado de equivalência patrimonial não inclui os juros sobre o capital próprio destacados no período, que estão apresentados nas outras receitas operacionais (Nota 30).

16. Imobilizado de Uso

	2011		2010	
	Custo	Depreciação Residual	Custo	Depreciação Residual
Imóveis de Uso	2.138.728	(405.875)	1.732.853	1.236.897
Terenos	708.390	-	708.390	684.787
Edificações	1.430.338	(405.875)	1.024.463	552.110
Outras Imobilizações de Uso	5.870.855	(3.145.256)	2.725.599	2.641.006
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	1.351.060	(521.819)	829.241	498.038
Sistemas de Processamento de Dados	1.859.898	(1.388.539)	471.359	471.333
Beneficiários em Imóveis de Terceiros	1.845.828	(805.704)	1.040.124	620.672
Sistemas de Segurança e Comunicações	409.143	(224.158)	184.985	127.834
Outras	404.926	(205.036)	199.890	923.129
Total	8.009.583	(3.551.131)	4.458.452	3.877.903

17. Intangível

	2011		2010	
	Custo	Amortização Residual	Custo	Amortização Residual
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.892.976	(8.899.969)	17.993.007	21.096.502
Outros Ativos Intangíveis	5.898.044	(2.902.486)	2.995.558	2.489.817
Aquisição e Desenvolvimento de Lógicas	2.885.404	(968.994)	1.916.410	1.459.445
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento	2.997.426	(1.932.801)	1.064.625	1.029.764
Outros	15.214	(691)	14.523	608
Total	32.791.020	(11.802.455)	20.988.565	23.586.319

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo, e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso. Para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outros; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

O teste do valor recuperável do ágio foi realizado em 31 de dezembro de 2010, e para o período atual não foi identificada qualquer evidência de perda no valor recuperável.

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2011		2010	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses
a) Depósitos				
Depósitos à Vista	14.304.905	-	-	14.304.905
Depósitos de Poupança	30.299.045	-	-	30.299.045
Depósitos Interfinanceiros	-	564.153	20.544.871	16.842.677
Depósitos a Prazo	374.632	10.223.653	12.140.542	52.195.659
Outros Depósitos	-	-	-	74.934.396
Total	44.978.582	10.787.716	32.685.413	69.038.336
Circulante				
Longo Prazo				
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	157.490.047
Depósitos em Garantia - Cíveis	-	-	-	136.002.903
Total				313.492.950
b) Captações no Mercado Aberto				
Carteira Própria	42.235.452	4.659.918	20.219.711	67.115.081
Carteira de Terceiros	361.497	-	-	361.497
Carteira de Livre Movimentação	5.078.638	8.483.777	9.922.515	6.033.116
Total	47.675.587	9.503.695	20.219.711	73.399.093
c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos				
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	2.723.491	6.744.337	14.576.186	24.044.014
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	2.186.254	5.823.479	233.643	8.243.196
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	537.237	349.215	31.032	917.484
Letras Financeiras ⁽¹⁾	-	571.643	14.311.691	14.883.334
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	477.964	896.095	5.346.729	6.720.788
Total	3.201.455	7.640.432	19.922.915	30.764.802
Circulante				
Longo Prazo				
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	10.841.887
Depósitos em Garantia - Cíveis	-	-	-	7.882.085
Total				18.723.972

⁽¹⁾ Em 2010, o CMN estabeleceu que as instituições financeiras poderiam emitir Letras Financeiras. Esse instrumento é utilizado como um mecanismo para aumentar o mercado de financiamento de longo prazo, sendo as principais características: prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão que o emissor resgate antecipadamente apenas 5% do montante emitido.

	2011		2010	
	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)
Outras Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior				
Eurobonds	março-11	US\$	Libor + 2,1%	1.874.631
Eurobonds	abril e novembro-10	US\$	4,5%	1.354.173
Eurobonds	janeiro-16	US\$	4,3%	1.346.829
Eurobonds	dezembro-10	US\$	Zero Cupom	692.730
Eurobonds	abril-11	US\$	Zero Cupom	400.993
Eurobonds	novembro-05	R\$	17,1%	333.182
Eurobonds	junho-11	US\$	3,1%	280.607
Eurobonds	março-05	R\$	17,0%	169.223
Eurobonds ⁽¹⁾	junho-07	R\$	FDIC	29.884
Outras	-	-	-	238.536
Total				6.720.788

⁽¹⁾ Vinculados a Notas de Crédito "Indexed Linked Credit Event Notes".

d) Despesas de Captação no Mercado

	2011		2010	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Depósitos a Prazo	-	-	-	3.474.911
Depósitos de Poupança	-	-	-	974.658
Depósitos Interfinanceiros	-	-	-	1.936.722
Captação no Mercado Aberto	-	-	-	3.862.576
Outros ⁽¹⁾	-	-	-	2.231.735
Total				12.480.602

⁽¹⁾ Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2011		2010	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Obrigações por Empréstimos no País				
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	-	-	274.664
Obrigações por Empréstimos no Exterior	4.277.823	7.118.476	1.982.765	13.379.064
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	3.538.775	6.474.427	1.655.607	12.168.809
Outras Linhas de Crédito	739.048	144.049	327.158	1.210.255
Obrigações por Repasses do País	986.088	3.363.401	6.911.377	11.260.866
Obrigações por Repasses do Exterior	35.234	570.981	384.130	990.345
Total	5.299.145	11.052.858	9.278.272	25.630.275
Circulante				
Longo Prazo				
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	16.352.003
Depósitos em Garantia - Cíveis	-	-	-	9.278.272
Total				25.630.275

As linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a banqueiros no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2016 (2010 - até o ano de 2015) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,4% a.a. a 12,5% a.a. (2010 - 0,4% a.a. a 8,5% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidas de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

As obrigações de repasses do exterior possuem juros que variam entre 1,3% a.a. a 2,1% a.a. (2010 - 1,3% a.a. a 6,8% a.a.), acrescidas de variação cambial com o vencimento até o ano de 2014 (2010 - até o ano de 2014).

19. Fiscais e Previdenciárias

	2011		2010	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Obrigações por Riscos Fiscais				
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.b)	-	-	-	7.062.137
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 22.h)	-	-	-	987.747

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Gratificação Semestral ou Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, sucessivamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Santander ingressou com os recursos cabíveis. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões de ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social integralizado é assim representado:

Em Milhares de Ações					
		2011		2010	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
De Domiciliados no País	38.087.386	36.131.697	74.219.083	33.532.382	31.991.432
De Domiciliados no Exterior	174.754.346	150.070.688	324.825.034	179.309.350	154.210.953
Total	212.841.732	186.202.385	399.044.117	212.841.732	186.202.385

A AGE de 27 de abril de 2010, aprovou o aumento de capital no valor de R\$22.130, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de reservas de capital, cuja homologação ocorreu em 24 de junho de 2010 pelo Bacen.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre a declaração de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

2011				
Em Milhares de Reais (9)	Reais por Milhares de Ações/Units		Units	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio (1)	600.000	1,4366	1.5802	158,0216
Dividendos Intermediários (2)	273.840	0,6556	0,7212	72,1211
Dividendos Intercalares (2)	476.160	1,1401	1,2541	125,4059
Juros sobre o Capital Próprio (3)	550.000	1,3168	1,4485	144,8532
Dividendos Intercalares (4)	100.000	0,2394	0,2634	26,3369
Total Acumulado em 30 de Junho de 2011	2.000.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2011, ordinárias - R\$1.2211, preferenciais - R\$1.3432 e Units - R\$134.3184, líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em maio de 2011.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2011, ordinárias - R\$1.1193, preferenciais - R\$1.2313 e Units - R\$123.1252, líquidos de impostos.

(4) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2011.

(5) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2011 e serão pagos em data a ser oportunamente informada, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

2010				
Em Milhares de Reais (9)	Reais por Milhares de Ações/Units		Units	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Juros sobre o Capital Próprio (1) (4)	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Juros sobre o Capital Próprio (2) (4)	400.000	0,9577	1,0535	105,3477
Dividendos Intercalares (3) (4)	500.000	1,1971	1,3168	131,6847
Total Acumulado em 30 de Junho de 2010	1.300.000			

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2010, ordinárias - R\$0.8141, preferenciais - R\$0.8955 e Units - R\$89.5456 líquidos de impostos.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010, ordinárias - R\$0.8141, preferenciais - R\$0.8955 e Units - R\$89.5456 líquidos de impostos.

(3) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2010.

(4) O valor dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos intercalares foram pagos em 25 de agosto de 2010.

(5) O valor dos dividendos intercalares e juros sobre o capital próprio foram imputados integralmente aos dividendos obrigatórios, do resultado do exercício de 2010.

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Limitada a 50% do valor do capital social, tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Acordo para Incorporação de Sócio Estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à r.l. (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% a.a. em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013.

Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social antes do fim do ano de 2014. Até a presente data, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

e) Programa de Recompra de Units

Em 9 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de Units de emissão do Banco Santander (Programa de Recompra), para manutenção em tesouraria e posterior alienação. O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 1.452.282 Units, representativas de 79.875.510 ações ordinárias e 72.614.100 ações preferenciais, correspondendo, em 30 de setembro de 2010, a aproximadamente 0,21% do total de ações em circulação, conforme definido na Instrução CVM 10. A recompra tem por único objetivo viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco Santander, dos serviços de formador de mercado ("market maker") de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos. As Units recompradas serão utilizadas pelo Banco Santander exclusivamente para proteção "hedge" contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco Santander. As Units deverão ser adquiridas em bolsa de valores, a preço de mercado, através da Santander CCVM.

24. Limites Operacionais

As instituições financeiras estão obrigadas a manter um Patrimônio de Referência compatível com os riscos de suas atividades, superior ao mínimo de 11% do Patrimônio Exigido. A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice deve ser calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	Conglomerado Financeiro (1)	
	2011	2010
Patrimônio de Referência Nível I Ajustado (2)	46.543.491	44.094.893
Patrimônio de Referência Nível II	7.209.367	8.211.323
Patrimônio de Referência Ajustado (Nível I e II) (2)	53.752.858	52.306.216
Patrimônio de Referência Exigido	27.581.924	24.632.006
Parcela de Risco de Crédito Ajustada (2)	24.055.555	21.869.964
Parcelas de Risco de Mercado (3)	1.838.818	1.322.127
Parcela de Risco Operacional	1.687.551	1.439.915
Índice de Basileia II	21,4%	23,4%

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

(2) Desconsidera o efeito do ágio referente a incorporação das ações do Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) e AAB Dois Par, conforme determinado pela regra internacional.

(3) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJJUR2), índices de preços (PJJUR4) e taxa de juros (PJJUR1/PJJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

O Banco Santander, de acordo com a Circular 3477/2009, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/rf.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em 30 de junho de 2011 e 2010, o Banco Santander encontra-se enquadrado no referido índice.

25. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na reunião realizada em 24 de março de 2011, foi submetida à apreciação do Conselho de Administração do Banco a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2011, no montante de até R\$283.540, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. Ainda, na mesma reunião foi submetida a proposta da remuneração global dos membros do Comitê de Auditoria para o período de 12 meses a contar de 24 de março de 2011, no montante de até R\$3.960. A proposta de remuneração global dos administradores e dos membros do Comitê de Auditoria para o exercício de 2011 foi aprovada na Assembleia Geral do Banco realizada em 26 de abril de 2011.

b) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander Espanha, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas.

c) Benefícios de Curto Prazo

Salários e Honorários do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria

	2011	2010
Remuneração Fixa	24.446	24.782
Remuneração Variável	124.294	73.187
Outras	5.340	3.921
Total (1)	154.080	101.890

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco e demais empresas do Conglomerado Santander, e em 2011, inclui a parcela incorrida com as mudanças na estrutura administrativa e de governança na conclusão do processo de Integração do Banco.

Adicionalmente, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$11.226 (30 de junho de 2010 - R\$12.405).

d) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

f) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		2011	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(em milhares de ações, exceto porcentagens)						
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeck B.V. (1)	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) (1) (2)	206.663	0,1%	-	-	206.663	0,1%
Funcionários	223.160	0,1%	204.219	0,1%	427.379	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.917.601	17,8%	35.973.850	19,3%	73.891.451	18,5%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		2010	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
(em milhares de ações, exceto porcentagens)						
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeck B.V. (1)	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
SIH (1) (2)	4.745.084	2,2%	4.125.836	2,2%	8.870.920	2,2%
Funcionários	288.102	0,1%	263.052	0,1%	551.154	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	33.314.238	15,7%	31.789.181	17,1%	65.103.419	16,4%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Em agosto de 2010, ocorreu o arquivamento do Formulário F-1, na CVM e SEC, que informava sobre a intenção de alienação de participação acionária detida pela SIH sob a forma de ADR, no mercado americano. Sendo assim, foram convertidas 4.538.420.040 ações ordinárias e 4.125.836.400 ações preferenciais de sua propriedade para compor 82.516.728 Units/ADR (que equivalem a participação acionária no Banco Santander de 2,17%). Entre os meses de agosto a dezembro de 2010, a participação acionária detida pela SIH, sob a forma de ADR's, foi totalmente alienada, sendo 77.627.222 no terceiro trimestre e 4.889.506 no quarto trimestre.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

g) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de contabilidade.

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

Os principais saldos e resultados de transações são:

	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	287.364	-	225.552	-
Banco Santander Espanha	286.302	-	221.817	-
Diversos	1.062	-	3.735	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25.798.746	1.164.167	17.453.917	868.702
Aymoré CFI	23.155.083	1.140.546	16.185.456	843.195
Banco Santander Espanha	2.135.640	2.444	718.791	612
RCI Brasil	430.023	21.177	549.670	2.210
Diversos	-	-	1.876	-
Títulos e Valores Mobiliários	31.194.470	1.630.664	28.092.494	1.153.286
Santander Leasing	31.194.470	1.630.664	28.092.494	1.153.286
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(124.266)	(359.382)	(186.265)	(1.060)
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux)	(149.820)	(304.212)	(173.725)	(33.183)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado	-	-	-	-
(Fundo de Investimento Santillana)	2.209	(36.985)	(31.250)	(65.878)

	2011		2010	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury)	(5.681)	(27.510)	(1.759)	6.752
Banco Santander Espanha	10.626	4.221	-	-
Diversos	18.400	5.104	18.469	9.883
Dividendos e Bonificações a Receber	-	-	73.555	-
Santander Seguros	-	-	59.007	-
Santander Brasil Asset	-	-	1.777	-
Santander CCVM	-	-	4.182	-
Celta S.A.	-	-	6.760	-
Diversos	-	-	1.829	-
Negociação e Intermediação de Valores	231.315	2.724	303.431	-
Santander Benelux	211.638	164	279.233	-
Abbey National Treasury	-	-	20.345	-
Banco Santander Espanha	-	-	3.853	-
Carteira de Câmbio - Líquida	33.134	(3.639)	22.475	12.831
Banco Santander Espanha	33.134	(3.639)	22.475	12.831
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	481.621	219.296	565.085	101.238
Santander Seguros	334.111	17.754	548.482	16.409
Santander Leasing	59.849	2.159	-	12.386
SB Seguros	65.686	-	14.552	-
Santander Capitalização	15.524	91.477	2.051	17.286
Aymoré CFI	2.220	91.472	-	29.688
Banco Santander Espanha	-	-	-	6.910
Diversos	4.231	16.434	-	18.556

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, pelo Banesprev e exercido somente para os empregados admitidos até 22/05/1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano em extinção desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22/05/1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano em extinção desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano em extinção desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano em extinção desde 10 de março de 2010.

III) Bandeprev - Bandepre Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepre e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões.

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): Plano de contribuição definida redesenhado a partir de junho de 2009, com contribuição partilhada entre o funcionário e a empresa. A SantanderPrevi é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Em 12 de janeiro de 2010, o Conselho Deliberativo e na Reunião dos Patrocinadores, aprovaram a alteração da denominação Social da Sociedade de HolandaVigente - Sociedade de Previdência Privada para SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada, cujo processo foi aprovado em 7 de julho de 2010 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): Em julho de 2009, após aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), as reservas individuais dos planos de complementação de aposentadoria e de pensão, na forma de benefício definido e contribuição variável, sob a administração da Fasass foi transferida à sociedade de previdência privada complementar não integrante do Conglomerado Santander. Essa operação teve como objetivo oferecer aos participantes assistidos e beneficiários a opção de receber um benefício equivalente ao que fazem jus por meio de PGBLs, tendo em vista a retirada do patrocínio por parte do Banco aprovada pela SPC em 27 de fevereiro de 2009. Para os participantes que aderiram aos novos planos PGBLs, o Banco Santander efetuou transferência de R\$26.963, com a finalidade de compor a Reserva Matemática de Benefícios Concedidos.

Previban - Previdência Privada Parailban (Previban): Em março de 2009, foi concluído o processo de retirada do patrocínio da Previban, com a liquidação de R\$213 das obrigações atuariais. Adicionalmente, o Banco Santander e suas empresas controladas são patrocinadores das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de funcionários associados, constituídas sob a modalidade de benefício definido.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	2011			
	Banesprev	Sanprev Planos I e II	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	13.698.562	76.656	331.996	948.720
Valor Justo dos Ativos do Plano (12.792.550)		(147.714)	(2.491)	(1.247.908)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):				
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	(867.314)	-	(139.384)	-
Ganhos Atuariais	454.616	21.219	-	113.177
Valor não Reconhecido como Ativo	159.176	49.839	-	186.011
Passivo Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2010	652.490	-	190.121	-
Contribuições Efetuadas	(70.911)	-	(18.090)	-
Despesas Reconhecidas	646.499	-	27.266	-
Passivo Atuarial Líquido Provisionado em 30 de Junho de 2011	646.078	-	199.297	-

Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:
- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 10,7%.

Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano:
- Banesprev - Plano I - 11,3%
- Banesprev - Plano II - 11,1%
- Banesprev - Plano III - 11,3%
- Banesprev - Plano IV - 12,2%
- Banesprev - Plano de Complementação de Aposentadoria e Pensão - 11,4%
- Sanprev - Plano V - 11,0%
- Sanprev - 11,1%
- Bandeprev - 11,0%
- SantanderPrevi - 10,8%
- Outros Planos: nulo - o plano não possui ativos.

Taxa estimada de inflação no longo prazo:
- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev e Outros Planos - 4,4%.

Taxa estimada de aumento nominal dos salários:
- Banesprev, Sanprev, SantanderPrevi, Bandeprev Básico e Outros Planos - 4,9%.

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: plano de assistência médica aos aposentados da SantanderPrevi é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 30% do custo do plano básico por parte da patrocinadora, devido apenas aos assistidos que entraram em gozo de benefícios até 31 de dezembro de 2002. O custeio é feito de forma direta pelo patrocinador.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): plano de assistência médica referente aos ex-empregados do Banco Real é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 90% do custo do plano básico por parte da patrocinadora.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica aos aposentados pelo plano da Bandeprev oferece benefício vitalício, cuja responsabilidade é do Banco Santander, cobertura de 50% para os empregados aposentados até a data em que ocorreu a privatização do patrocinador Banco Bandepre e cobertura de 30% para os empregados aposentados e que vierem a se aposentar após a data que ocorreu a privatização.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): benefício vitalício de assistência médica para os ex-diretores do extinto Banco Sudameris Brasil S.A., presidente e membros do Conselho de Administração do Banco Santander Brasil S.A. por período igual ou superior a 10 anos (massa fechada).

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): consiste em uma apólice de seguro de vida para o grupo de ex-empregados do Banco Real. Em caso de falecimento do participante, seu dependente recebe o Capital Seguro e em caso de falecimento do cônjuge, o titular recebe 50% dessa quantia. O Banco Santander subsidia 45% do prêmio total (massa fechada).

Cínica Grátis: plano de assistência médica "clínica grátis" é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com participação financeira do usuário no custeio do plano. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria.

Plasas: plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência do seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	2011	
	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos		
Valor Presente das Obrigações Atuariais	3.928.315	342.329
Valor Justo dos Ativos do Plano (4.018.263)		(108.799)
Ajustes por Diferimentos Permitidos (não Reconhecidos):		
Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitidos	-	(10.099)
Ganhos Atuariais	-	29.591
Valor não Reconhecido como Ativo	89.948	90.055
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro de 2010 (1) (2)	343.077	343.077
Contribuições Efetuadas	-	(14.236)
Despesas Reconhecidas	-	17.519
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	-	5.841
Passivo Atuarial Líquido Provisionado em 30 de Junho de 2011	352.201	352.201

(1) O superávit apresentado não foi considerado nas demonstrações financeiras.
(2) Ajustados para fins de comparabilidade conforme requerido na Deliberação CVM 600/2009.

c) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

c.1) Programa Local

Na AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). As características de cada plano são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O valor mínimo correspondente a 50% da remuneração liquidada em dinheiro, deverá ser utilizado para aquisição de Units pelo participante, as quais não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

c.1.1.) Valor Justo para SOP e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos SOP e PSP foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir:

Posição RTA	Retorno Total ao Acionista (RTA)		Ano	Lucro Líquido Percentual de Ações a serem Exercidas, dada a Probabilidade de Ocorrência
	% de Ações Passíveis de Exercício	Probabilidade de Ocorrência		
1 ^o	50%	0,00%	2009	10,00%
2 ^o	35%	0,02%	2010	7,15%
3 ^o	25%	95,75%	2011	4,86%
4 ^o	0%	4,23%	Acumulado	15,03%

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas, baseadas no método binomial:

	2011	2010
Volatilidade	57,37%	57,37%
Taxa de Dividendos - Plano SOP	5,43%	5,43%
Período de "Vesting" - Plano SOP	2,72 anos	2,72 anos
Momento "Médio" de Exercício - Plano SOP	3,72 anos	3,72 anos
Taxa Livre de Risco - Plano SOP	11,18%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência - Planos SOP e PSP	37,58%	60,93%
Valor Justo para Ações - Plano SOP	RS7,19	RS7,19
Preço Médio das Ações SANB11 do dia 30 de junho - Plano PSP	RS18,06	RS19,90

Em 2011, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$4.507 (2010 - R\$2.640), referentes ao plano SOP e R\$7.538 (2010 - R\$10.561), referentes ao plano PSP. Foi registrado também no período ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$2.147 como despesas de pessoal.

	Preço de Exercício em Reais		Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
	2011	2010				
PH2 - SOP	12.843.338	14.185.000	23,50	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2014
PH2 - PSP	1.236.518	1.378.000	-	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2012
PH3 - PSP	1.426.078	-	-	Executivos	03/fev/2010	30/jun/2013
Total	15.505.934	15.563.000				

c.2) Programa Global

(i) Plano I-06

Em 2004, o Banco Santander estabeleceu um plano de incentivo de longo prazo para seus executivos (I06), correlacionado ao cumprimento de duas metas em relação às ações do controlador: valorização da cotação das ações e o crescimento do lucro por ação. As condições para a percepção dos rendimentos foram atendidas sendo que a remuneração variável foi realizada entre 15 de janeiro de 2008 e 15 de janeiro de 2009, a um preço de €9,09 por opção de ação.

(ii) Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas. Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (P109) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (P110/P111/P112 e P113).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA). Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

Para o 4º Ciclo, está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

c.2.1) Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	P109	P110	P111	P112	P113
Volatilidade Esperada (1)	16,25%	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,23%	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%

(1) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).
(2) Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolado que o valor RTA é válido para o LPA. Portanto, consequentemente, não é determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Ações		Preço de Exercício em Euros	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
	2011	2010					
PH10		1.243.355	-	2007	Executivos	23/jun/07	31/jul/10
PH11	2.311.231	2.311.231	-	2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
PH12	541.206	455.008	-	2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
PH13	597.811	-	-	2010	Executivos	01/jul/10	31/jul/13
Total	3.450.248	4.009.594					

Em 2011, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$6.717 (2010 - R\$7.309), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos do Programa Global.

d) Bônus Referenciado em Ações

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Santander no Brasil, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011. Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação, em dinheiro, de parte da remuneração variável devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento do bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base. O plano não causará diluição do capital social do Banco Santander, uma vez que não é atribuída aos participantes a condição de acionista da companhia, não qualquer outro direito ou privilégio inerente a tal condição.

Em 30 de junho 2011, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$1.134, referente a provisão do Bônus Referenciado em Ações e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$6.644 como despesas de pessoal.

35. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander opera de acordo com políticas de riscos do Grupo Santander Espanha, alinhado aos objetivos locais e globais, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, o Conglomerado Santander está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca definir estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.
- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.
- Risco operacional é o risco de perda resultante de inadequação ou falha em processos internos, pessoas, sistemas e/ou de exposição a eventos externos. A gestão e controle do risco operacional buscam a eficácia do ambiente de controles internos do Banco Santander, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a manutenção da continuidade do negócio.
- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.
- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.
- Risco socioambiental: o gerenciamento de risco para o segmento de Atacado é realizado através de sistema de gestão dos clientes que possuem limites de crédito em relação a aspectos socioambientais, como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades. Uma equipe especializada, com formação em Biologia, Geologia, Engenharia Ambiental e Química que monitora as práticas ambientais dos nossos clientes Pessoa Jurídica e um time de analistas financeiros estuda o potencial de danos que situações ambientais desastrosas podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A atividade de análise foca em preservar o capital e reputação no mercado, através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para Pessoa Jurídica. A Gestão de Riscos do Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio;
- Envolvimento da Alta Direção nas tomadas de decisão;
- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;
- Decisões colegiadas, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;
- Uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência como rating interno e credit scoring and behaviour scoring, RORAC (Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco), VaR (Value at Risk, ou Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários, entre outras;
- Enfoque global, com o tratamento integrado dos fatores de risco nas unidades de negócio e a utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e para a avaliação da gestão;
- Manutenção de um perfil previsível com risco conservador (médio/baixo) e baixa volatilidade em relação aos riscos de crédito e de mercado. Isso é feito pela diversificação da carteira, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias; redução do nível de complexidade das operações de mercado; análise dos riscos socioambientais dos negócios e projetos financiados pelo Banco; acompanhamento contínuo para a prevenção da deterioração das carteiras; e
- Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura do Comitê de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;
 - Autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
 - Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Grupo Santander Espanha;
 - Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções;
 - Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.
- O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Banco Santander.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos.
- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

Gerenciamento de Risco de Crédito

A função de riscos de crédito e mercado é desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva. Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito e Mercado. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou agrupados por semelhança. Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes:

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido. O cliente está cartificado em um analista de riscos que prepara as análises, encaminha ao Comitê e faz o acompanhamento da evolução do cliente.
- Clientes com gestão estandarizada: pessoas físicas e empresas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, são procedimentos aplicados pelo Banco Santander para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados, no mínimo, anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado. O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco Santander é caracterizado por uma diversificação dos clientes e pelo grande volume de operações de varejo. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos. O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valores no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. Para este fim, a gestão de capital, RORAC e dados da criação de valores para cada unidade de negócio são gerados, analisados e enviados trimestralmente para o comitê de gerenciamento. O Conglomerado utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo grupo. Projeções de capital regulatório e econômico são feitas baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimado pelo serviço de pesquisa econômica da área de Gestão Financeira. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Santander.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

econômico a diversas unidades do Banco Santander.

g) Recuperação de Crédito
São utilizadas ferramentas, como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos, na tentativa de diminuir custos e aumentar as recuperações. Estes modelos procuram medir a probabilidade de pagamento dos clientes ajustando os esforços de cobrança de modo que os clientes de menor probabilidade de recuperação recebam ações mais tempestivas e intensas. Nos casos de maior probabilidade de pagamento o modo é dado na manutenção de um saudável relacionamento com estes clientes. Todos os clientes com valores em atraso ou créditos re-escalonados possuem restrições internas.

As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com as análises que mostram a maior eficiência na recuperação. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, incluindo nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes.

Nos casos com atraso superior a 60 dias e valores mais expressivos, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que recebem uma comissão por quaisquer valores recuperados.

h) Outras Informações

(i) O Banco Santander, a fim de gerir adequadamente o seu capital e antecipar futuras necessidades das várias fases do ciclo de negócio, efetua projeções de capital regulatório e econômico, baseadas nas projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pela área de pesquisa econômica.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

(iv) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

36. Informações Complementares - Reconhecimento do Patrimônio Líquido e do Lucro Líquido do Consolidado

De acordo com a Instrução CVM 485/2010, apresentamos a seguir a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, nos períodos apresentados a seguir:

	2011	2010
Patrimônio Líquido Atribuído à Controladora em BRGAAP⁽¹⁾	64.684.450	65.324.650
Ajustes de IFRS ⁽²⁾ , Líquidos de Impostos, quando Aplicável:		
Taxa de Desconto de Planos de Previdência Privada	d	(174.818)
Reclassificação de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	c	(973)
Reclassificação de Instrumentos Financeiros para Disponíveis para Venda	a	311.921
Perda de Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	b	800.674
Diferimento de Tarifas Bancárias, Comissões e Outros Custos Financeiros pelo Método de Taxa de Juros Efetiva	e	415.869
Reversão da Amortização do Ágio e Outros	f	8.318.542
Realização dos Ajustes do Preço de Compra	g	682.210
Pagamento Baseado em Ações	h	25.650
Outros		31.340
Patrimônio Líquido Atribuído à Controladora em IFRS	75.269.683	71.615.701
Participações Minoritárias em IFRS		3.468
Patrimônio Líquido (Incluindo Participações Minoritárias) em IFRS	75.279.924	71.619.169
	2011	2010
Lucro Líquido Atribuído à Controladora em BRGAAP⁽¹⁾	1.824.285	2.016.344
Ajustes de IFRS ⁽²⁾ , Líquidos de Impostos, quando Aplicável:		
Taxa de Desconto de Planos de Previdência Privada	d	(600)
Reclassificação de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado	c	(2.444)
Reclassificação de Instrumentos Financeiros para Disponíveis para Venda	a	8.913
Perda de Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis	b	580.084
Diferimento de Tarifas Bancárias, Comissões e Outros Custos Financeiros pelo Método de Taxa de Juros Efetiva	e	115.869
Reversão da Amortização do Ágio e Outros	f	1.582.434
Realização dos Ajustes do Preço de Compra	g	41.016
Outros		1.289
Lucro Líquido Atribuído à Controladora em IFRS	4.151.446	3.530.695
Participações Minoritárias em IFRS		2.468
Lucro Líquido (Incluindo Participações Minoritárias) em IFRS	4.153.914	3.529.251

⁽¹⁾ Critério contábil adotado pelo Bacen e CVM.

⁽²⁾ "International Financial Reporting Standards".

a) Reclassificação de Instrumentos Financeiros para Disponíveis para Venda

Segundo o BRGAAP, o Banco contabiliza alguns investimentos como por exemplo em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo.

Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor justo com as alterações reconhecidas nas "Demonstrações consolidadas de receitas e despesas reconhecidas", dentro do escopo do IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

b) Perda de Valor Recuperável de Empréstimos e Recebíveis

Segundo o IFRS, refere-se, principalmente, ao ajuste da alocação do preço de compra quando da aquisição do Banco Real, seguindo as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios" e decorrente da estimativa de perdas sobre esse ativo, que foi apurada com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, de acordo com a orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Bacen e não realiza os ajustes de combinação de negócios.

c) Taxa de Desconto de Planos de Previdência Privada

Segundo o BRGAAP a taxa de desconto usada para obrigações com benefícios previdenciários reflete a taxa nominal de juros. Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 19 "Benefícios de funcionários", a taxa usada para trazer a valor presente as obrigações pós-emprego foi definida tendo por referência as taxas de remuneração de mercado, no encerramento do período, de títulos de dívida. Em 2010, o BRGAAP passou a adotar a deliberação CVM 600/2009 que produziu efeitos para os exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010, o que eliminou a assimetria com a norma internacional.

d) Reclassificação de Instrumentos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado

Segundo o BRGAAP todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. Segundo o IFRS, o Banco classificou determinados empréstimos, financiamentos e depósitos como sendo a "valor justo através do resultado", em conformidade com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Adicionalmente, certos instrumentos de dívidas classificados como "disponível para venda" dentro do BRGAAP foram reclassificados para "valor justo através do resultado" dentro do IFRS. O Banco optou por essa base de classificação, uma vez que ela elimina um descompasso contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

e) Diferimento de Tarifas Bancárias, Comissões e Outros Custos Financeiros pelo Método de Taxa de Juros Efetiva

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de

validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

f) Reversão da Amortização do Ágio e Outros

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de 10 anos e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação da perda de valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer perda de valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil. A amortização do ágio está caracterizada como uma diferença permanente dedutível para fins fiscais e, portanto, não há o registro de passivo fiscal diferido.

g) Realização dos Ajustes do Preço de Compra

Como parte da alocação do preço de compra, seguindo as exigências do IFRS 3 "Combinações de Negócios", o Banco Santander reavaliou seus ativos e passivos a valor justo, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BRGAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos não são reavaliados a seus respectivos valores justos. Assim, este ajuste diz respeito substancialmente aos seguintes itens:

- Amortização relativa ao valor dos ativos na carteira de empréstimos em relação a seu valor contábil: como o valor nominal dos empréstimos foi ajustado a valor justo, isto gera um ajuste na curva de remuneração dos respectivos empréstimos em comparação com o seu valor nominal, o qual é compensado proporcionalmente com este ajuste.

- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada desses ativos.

h) Pagamento Baseado em Ações

O Banco Santander possui um programa local de remuneração de longo prazo baseado em ações. De acordo com o IFRS 2 o valor a ser pago das ações deve ser mensurado ao valor justo e contabilizado diretamente no Patrimônio Líquido, enquanto que no BRGAAP a provisão é efetuada na conta "Outras Obrigações - Diversas".

37. Reestruturação Societária

Dando continuidade ao processo de venda da Santander Seguros divulgado em fevereiro de 2011, em reunião realizada em 13 de julho de 2011, o Conselho de Administração do Banco Santander aprovou a reestruturação dos documentos definitivos da operação de venda da totalidade das ações de emissão de sua subsidiária integral, Santander Seguros, e indiretamente da SB Seguros para a Zurich Santander Insurance America, S.L., sociedade holding com sede na Espanha (Holding), inicialmente detida pelo seu acionista controlador, Banco Santander Espanha, e para a Inversiones ZS América SPA, sociedade com sede no Chile, (Operação), os quais foram assinados no dia 14 de julho de 2011.

A conclusão da Operação, estimada até o final de 2011, está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes, em especial a Susep.

A Operação está inserida no contexto da parceria estratégica no exterior entre Banco Santander Espanha e Zurich Financial Services Ltd. (Zurich), envolvendo a aquisição, pela Holding, de todas as seguradoras de ramos elementares e de vida e previdência do Banco Santander Espanha na Argentina, Brasil, Chile, México e Uruguai. Uma vez concluída a Operação e a aquisição dos demais ativos aqui referidos pela Holding, o Banco Santander Espanha alienará a Zurich 51% do capital social da Holding.

A Santander Seguros tem como atividade principal a exploração das operações de seguros de pessoas, em quaisquer de suas modalidades, bem como planos de pecúlio e rendas da previdência privada aberta e é a acionista controladora da SB Seguros, cuja atividade principal é o desenvolvimento das operações de seguros de danos, em qualquer de suas modalidades.

Como parte da Operação, o Banco Santander distribuirá exclusivamente os produtos, nos próximos 25 anos, através de sua rede de agências, com exceção dos seguros de automóveis, que não estão incluídos no escopo de exclusividade na Operação. Como resultado destes contratos, o Banco Santander receberá uma remuneração equivalente à atualmente praticada.

A Operação visa fomentar e fortalecer a atuação do Banco Santander no mercado de seguros, fornecendo uma maior oferta de produtos, abrangendo classes de clientes atualmente não exploradas e avançando a capacidade de distribuição do Banco Santander, entre outros.

Não foi inserida no escopo da Operação a Santander Capitalização, que permanece sob o controle do Banco Santander, bem como as atividades de corretagem de seguros, realizadas através da Santander Serviços.

Como resultado da Operação o Banco Santander receberá, na data de fechamento, o preço calculado com base no valor de R\$3.167 milhões, com base em laudo de avaliação independente, o qual está sujeito a certos ajustes, incluindo a redução pela cisão parcial da Santander Capitalização, realizada a valores contábeis.

Como a Santander Seguros é uma subsidiária integral do Banco Santander, a compra e venda objeto da Operação estará sujeita ao direito de preferência dos acionistas do Banco Santander, nos termos do disposto no artigo 253 da Lei 6.404/1976.

Cisão Parcial da Santander Seguros com Versão da parcela Cindida para a Sancap

No contexto da cisão de venda da Santander Seguros, na AGE realizada em 29 de abril de 2011, foi aprovada a Cisão Parcial da Santander Seguros com versão da parcela cindida de seu patrimônio a uma nova sociedade, constituída no ato da Cisão Parcial, sob a denominação social de Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap). O acervo cindido para a Sancap corresponde ao valor total de R\$511.774 e refere-se única e exclusivamente à totalidade da participação detida pela Santander Seguros no capital social da Santander Capitalização.

A Sancap encontra-se em fase de constituição e a operação de Cisão Parcial está em processo de homologação na Susep.

38. Outras Informações

a) As coberturas e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$22.144.779 (2010 - R\$20.644.966).

b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$113.196.010 (2010 - R\$109.492.738) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$123.133.565 (2010 - R\$122.005.553) registrados em contas de compensação.

c) Os seguros contratados pelo Banco Santander vigentes em 30 de junho de 2011 e 2010, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.270.397 (2010 - R\$1.349.209) e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura de R\$195.111 (2010 - R\$204.423), podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.

d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	2011	2010		
Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	
	162.035	3.471	42.632	1.894
	(162.035)	(3.471)	(42.632)	(1.891)
				3

Operações Ativas Vinculadas

Operações de Crédito

Obrigações por Operações Ativas Vinculadas

Depósitos

Resultado Líquido

Inexistem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possui essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

f) Outros Compromissos - O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 30 de junho de 2011 é de R\$1.532.798, sendo R\$482.336 em até 1 ano, R\$975.917 entre 1 a 5 anos e R\$74.545 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.449 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa foram no valor de R\$250.392.

Os contratos de aluguel mensais serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, sem o pagamento de qualquer multa, ônus ou penalidade, mediante simples comunicação escrita ao locador com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo do pagamento do aluguel e encargos até então vencidos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	CONSELHEIROS	CONSELHEIROS INDEPENDENTES
Fabio Colletti Barbosa	Marcial Angel Portela Alvarez	José Antonio Alvarez Alvarez José Manuel Tejon Borrajo José de Paiva Ferreira José de Menezes Berenguer Neto	Celso Clemente Giacometti José Roberto Mendonça de Barros Viviane Senna Lalli

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Marcial Angel Portela Alvarez

Diretor Vice-Presidente Executivo Senior

José de Menezes Berenguer Neto

Diretores Vice-Presidentes Executivos

Angel Oscar Agallano Carlos Alberto López Galán	Fernando Byington Egydio Martins Ignacio Dominguez-Adame Bozzano *	Lilian Maria Ferezim Guimarães Marco Antônio Martins de Araújo Filho	Oscar Rodriguez Herrero
--	---	---	-------------------------

Diretores Executivos

João Guilherme de Andrade So Consiglio José Roberto Machado Filho	Luciane Ribeiro Luís Felix Cardamone Neto	Marcos Matioli de Souza Vieira Maria Luíza de Oliveira Pinto e Paiva	Pedro Carlos Araújo Coutinho
--	--	---	------------------------------

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia André Fernandes Berenguer Antonio Pardo de Santayana Montes Cassius Schymura Clovis Hideaki Ikeda Ede Ison Viani Eduardo Müller Borges	Flávio Tavares Valadao Gilberto Duarte de Abreu Filho Jamil Habibe Hanneuche Jose Alberto Zamorano Hernandez* Luís Alberto Citon Luís Carlos Guimarães de Carvalho Moraes * Luiz Carlos da Silva Cantidjo Junior	Luiz Felipe Taunay Ferreira Marcelo Malanga Marcelo Zerbinatti Marcio Aurelio de Nobrega Marco André Ferreira da Silva Marcos Adriano Ferreira Zoni Mária Eugênia Andrade Lopez Santos	Mauro Siequeroli Miguel Angel Albero Ocerin* Nilo Sérgio Silveira Carvalho Ramon Camino Puig Carbo* Ramón Sanchez Diez Reginaldo Antonio Ribeiro Roberto Correa Barbuti	Roberto de Oliveira Campos Neto Ronald Yassuyuki Morimoto Sérgio Gonçalves Ulisses Gomes Guimarães Wilson Luiz Matar
--	--	--	---	--

* Posses pendente de obtenção de visto permanente.

Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do Banco Santander (Brasil) S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

São Paulo, 25 de julho de 2011

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, do Banco Santander (Brasil) S.A. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração individual do valor adicionado para o semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Santander) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição líder do Conglomerado, e atua como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive, para as sociedades seguradoras e de capitalização.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.ri.santander.com.br, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, e da efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. O Comitê de Auditoria recomenda a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Administração, das auditorias, interna e independente, e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.

O Comitê de Auditoria é composto de quatro membros independentes eleitos nas RCAs de 18 de março e 31 de maio de 2011. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil).

O Comitê de Auditoria atua através de reuniões e conduz análises, leituras e outros procedimentos necessários entre reuniões. Reuniu-se, formalmente, em quatro e uma ocasiões durante o primeiro semestre e em julho de 2011, para a condução dos seus trabalhos. As atas das reuniões, com seus anexos, são regularmente enviadas para o Conselho de Administração.

Adicionalmente, a Coordenadora participa como ouvinte do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, do Comitê de Compliance e Controles Internos - Asset Management, do Comitê Executivo de Produtos e do Comitê de Ouvidoria. O Comitê de Auditoria também acompanha os apontamentos dos órgãos reguladores e autogerenciadores e as respectivas providências tomadas. Durante o semestre manteve reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

No tocante às atribuições do Comitê de Auditoria:

Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições, sociedades seguradoras e de capitalização que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando-lhes a qualidade. Nesse sentido, acompanhou os fechamentos do primeiro trimestre e do semestre, previamente às divulgações, e reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras. No exercício de suas funções, o Comitê de Auditoria também analisou as demonstrações financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS), para atendimento às regras aplicáveis às companhias registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) e cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). No período, o Santander também divulgou as demonstrações financeiras consolidadas elaboradas conforme o IFRS para atendimento ao disposto na Resolução CMN 3.786.

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu apresentações e manteve reuniões com a Diretoria Executiva de Riscos Operacionais, principal instância responsável pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infra-estrutura de controles internos e gerenciamento de riscos. O Comitê de Auditoria também acompanhou as denúncias de fraudes e erros, canalizadas na área de Riscos Operacionais. Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos, direcionadas à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

Auditoria Interna

No que se refere aos trabalhos da Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, três vezes e, em diversas outras ocasiões, por intermédio da sua Coordenadora e mediante a participação dos profissionais da Auditoria Interna nas demais reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho para 2011, e acompanhou os trabalhos executados no primeiro semestre, os relatórios emitidos, as conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como "insuficientes" ou que "necessitam melhorar".

Comitê de Auditoria

São Paulo, 25 de julho de 2011

Celso Clemente Giacometti René Luiz Grande	Maria Elena Cardoso Figueira - Coordenadora e Especialista Financeira Sérgio Darcy da Silva Alves
---	--

TRANSFORMAR UMA DÚVIDA
EM INFORMAÇÃO PARA
MUITOS. ESSE É O BANCO DO

JUNTOS



www.santander.com.br/responde

Com base nas perguntas mais frequentes dos nossos clientes, criamos o Santander Responde. Um canal de relacionamento onde você pode tirar dúvidas sobre produtos e serviços bancários, entendendo melhor o funcionamento deles. Quer saber como funciona o Santander Master? Tem perguntas sobre cartões de crédito? Então, acesse. Porque é usando suas críticas e sugestões a nosso favor que nós não paramos de evoluir. Tem banco. E tem o banco do juntos.

 **Santander**

VALORIZANDO IDEIAS
POR UMA VIDA MELHOR

www.santander.com.br